

3 Gênero e Genocídio

Este capítulo discutirá o impacto das construções de gênero nos contextos de genocídio com vistas a compreender a relação entre gênero, intersubjetividade e violência na perpetração desse crime.

O reconhecimento das identidades de gênero nesses contextos é essencial, uma vez que a Convenção para a Prevenção e Repressão do Crime de Genocídio (1948) não considera em seu texto a proteção à violência contra o gênero como um ato de genocídio, apesar de, na prática, esse tipo de violência permear sua perpetração, conforme veremos adiante. Tendo isso em vista, defendemos aqui a importância da inserção do gênero na análise dos genocídios, uma vez que tais identidades podem desempenhar efeitos específicos nesses cenários.

A discussão ora apresentada contribui para o alargamento do conceito de segurança internacional ao trazer o gênero para a discussão dos estudos de genocídio. Assim, primeiramente, apontaremos como a violência contra o gênero desempenhou um papel fundamental nos genocídios de Ruanda e da ex-Iugoslávia, destacando os padrões de violência contra o gênero ocorridos em ambos os casos. Será possível entender, a partir desta discussão, que a construção discursiva da alteridade foi influenciada não apenas pelos mitos e lembranças históricas acerca das identidades étnicas/raciais/religiosas/etc. Estas questões interagiram com expectativas de comportamento oriundas da construção de gênero para definir os padrões de perpetração utilizados ao longo desses genocídios.

3.1. O conceito de genocídio

Antes de iniciar a discussão sobre o gênero nos genocídios, necessário se faz uma breve explanação acerca da definição do conceito de genocídio. Tipificado em 1948 pela convenção supramencionada (ora referida como Convenção de 1948), o genocídio é definido por meio de uma lista exaustiva de atos que englobam não apenas o assassinato em massa com fim de destruição, mas também a submissão a condições degradantes, que possam levar ao desaparecimento de um determinado grupo.

Diz o artigo:

“Artigo II - Na presente Convenção, entende-se por genocídio os atos abaixo indicados, cometidos com a intenção de destruir, no todo ou em parte, um grupo nacional, étnico, racial ou religioso, como tal:

- (a) matar membros do grupo;
- (b) causar lesão grave à integridade de física ou mental de membros do grupo;
- (c) submeter intencionalmente o grupo a condições de existência capazes de ocasionar-lhe a destruição física total ou parcial;
- (d) adotar medidas destinadas a impedir os nascimentos no seio do grupo;
- (e) efetuar a transferência forçada de crianças do grupo para outro grupo”

Assim, atos deliberados com vistas a atingir a existência de uma coletividade como, por exemplo, condutas capazes de lesionar a integridade física ou mental do grupo ou ainda a sua submissão a condições degradantes constituem o crime de genocídio. Ademais, medidas que impeçam nascimentos, bem como a transferência forçada de crianças⁴⁵, por obstaculizarem a perpetuação da coletividade atingida, também podem ser classificadas como atos genocidas.

Percebe-se, portanto, que as condutas previstas pela Convenção de 1948 devem estar ligadas a dois elementos fundamentais. O primeiro é o pertencimento da vítima a um grupo, que o documento limita a grupos nacionais, étnicos, raciais ou religiosos. Além do caráter coletivo, o segundo elemento está localizado no *mens rea*, i.e, na intenção do autor de destruir aquele grupo em função da sua identidade. Logo, necessariamente deve haver o dolo, ou seja, o especial fim de agir, não apenas de matar, mas de realizar condutas com o objetivo de destruir aquele grupo, no todo ou em parte.

⁴⁵ Autores como William Schabas percebem a proteção das crianças como uma maneira de resguardar a perpetuação do grupo, pois a transferência de crianças para outra coletividade pode

O pertencimento da vítima a determinado grupo é, portanto, elemento central para a configuração de um genocídio. Nesse sentido, defende Yusuf Aksar: “In a sense, the victim of genocide is the group itself rather than the individual, since victims are chosen on the basis of being a member one of these groups” (Aksar, 2003, p. 220).

É necessário reconhecer que a definição legal de genocídio, presente na Convenção de 1948 e que, vale dizer, foi repetida nos demais instrumentos legais posteriores que se referem ao crime, foi cunhada em um momento histórico específico para responder às atrocidades cometidas no contexto histórico do pós-Segunda Guerra Mundial contra judeus, ciganos, testemunhas de Jeová, homossexuais e outras minorias perseguidas pela Alemanha Nazista. Diante de atrocidades sem precedentes na história da humanidade e para dar uma resposta àqueles crimes, foi necessário consolidar um instrumento capaz de punir e impedir que tais práticas fossem repetidas.

Foi nesse contexto que a ONU aprovou a Resolução 96 (I) que reconheceu o genocídio como um crime contra o Direito Internacional pelo qual indivíduos e oficiais de Estado podem ser responsabilizados. Embora tenha sido adotada por unanimidade, durante o processo de elaboração da convenção, houve um intenso embate entre os países, cada qual tentando impor um desenho mais favorável de seus termos. Um dos maiores exemplos disso foi a exclusão da proteção de uma categoria mais genérica prevista pela Resolução 96(I), os “grupos análogos”, em uma tentativa de não permitir que nenhuma outra categoria, senão aquelas explicitamente citadas pela Convenção, fosse protegida.

O caráter político dessa exclusão é claro. Mais uma vez, a proteção de certos grupos foi simplesmente ignorada, tendo em vista o desinteresse dos Estados, somado ao fato de que um rol muito extenso de sujeitos passivos poderia abrir a possibilidade de que qualquer grupo discriminado ou perseguido pudesse trazer à tona uma suspeita de perpetração de genocídio. Ademais, o documento não se preocupou em definir o que deve ser entendido como racial, nacional, étnico e religioso, termos excessivamente abertos e controversos, o que dá margem a grande discricionariedade quando da aplicação legal da Convenção e permite, conseqüentemente, que definição seja decidida no caso concreto de

vir a ameaçar a existência do grupo de origem em função do risco da perda da identidade cultural

acordo com o arbítrio dos Estados. Todavia, a partir da ocorrência dos genocídios na ex-Iugoslávia e em Ruanda foi possível perceber que a convenção estava em descompasso com a prática social genocida, uma vez que o documento tratava os quatro grupos mencionados pelo artigo II como homogêneos, não problemáticos e objetivamente identificáveis, o que não ocorria na prática⁴⁶ (Campbell, 1998b, p. 100).

É necessário perceber, portanto, que as categorias informadas pela Convenção de 1948 não são “fatos sociais brutos”⁴⁷, mas são constituídas relacionalmente em dado contexto histórico (Campbell, 1998b, p. 88). Assim sendo, essas categorias não possuem um conteúdo em si, nem são dotadas de objetividade/estabilidade. São, na verdade, construções de poder que se manifestam na relação entre identidade e diferença (Ibid., p. 102). Conforme afirma David Campbell:

“The key categories of the discursive economy of identity (which include age, race, gender, caste, (...), nation and ethnicity), particularly when they are institutionalized in systems of social classification, ‘also establish grounds for authority and legitimacy through the categories they set down, and...make their categories seem natural and socially real’ (...). *Ethnicity*⁴⁸ is therefore better understood as a component of the representational politics of identity – particularly the identity of “others” – and attempts to naturalize ethnicity are best regarded as efforts to remove the question of identity/difference and its materialization from the realm of politics”. (Campbell, 1998b, p. 92 – ênfase minha)

Segundo Campbell, portanto, a definição da convenção é inadequada por tratar categorias identitárias multiculturais e fluidas como se fossem estáveis e fixas, negligenciando o caráter problemático e instável de suas fronteiras (Campbell, 1998b, p. 108).

Vale notar, portanto, que as categorias coletivas que a convenção estabelece não estão dadas, mas são formadas pelo perpetrador. O reconhecimento dessa limitação, inclusive, ocorreu em debates posteriores realizados no âmbito

após a inserção desses membros em uma cultura distinta (Shabas, 2000, p. 176).

⁴⁶ O caso de Ruanda é emblemático nesse sentido, uma vez que os tutsis acabavam não se enquadrando em nenhum dos quatro grupos protegidos, tendo em vista que tutsis e hutus falam a mesma língua, possuem a mesma religião e as diferenças físicas são praticamente imperceptíveis, o que demandou o alargamento da interpretação dessas quatro categorias quando da aplicação legal no tribunal *ad hoc* instituído para julgar os crimes cometidos pelos hutus em Ruanda (Schabas, 2000, pp. 102 e ss.).

⁴⁷ Tradução livre.

das Nações Unidas, especialmente durante os julgamentos realizados pelos Tribunais Penais Internacionais que apreciaram os crimes ocorridos em Ruanda e na ex-Iugoslávia. A partir de então, passa a ser reconhecido que o foco do crime de genocídio deve ir além das quatro categorias supramencionadas e expandir, assim, o entendimento do crime para a incorporação da intenção de destruir uma determinada coletividade, que é constituída pelo perpetrador como uma ameaça a partir da construção de alteridades inassimiláveis em um determinado contexto político.

Além da inadequação relativa aos grupos protegidos, a definição fornecida pela convenção também se mostra excessivamente limitada pelo rol do artigo II no que tange os atos que podem ser considerados genocidas. Conforme destacaremos mais adiante, os genocídios da Bósnia e de Ruanda também contribuíram para a inclusão na definição sociológica do crime genocídio de outros atos não previstos expressamente pelo documento como, por exemplo, a violência sexual, utilizada nesses casos com a intenção de destruição da coletividade afetada.

O reconhecimento de que o conceito da convenção era insuficiente para lidar com o genocídio na prática social gerou a demanda pelo alargamento do conceito de genocídio para a adoção de um entendimento sociológico do termo. A visão sociológica do genocídio defende a necessidade da expansão do conceito jurídico que foi limitado por interesses políticos. Em virtude dessa limitação, a definição fornecida pela convenção não consegue dar conta do fenômeno sociológico mais complexo por trás desse termo, que se refere a atos que possuam a intenção de aniquilar, no todo ou em parte, uma coletividade definida pelos *génocidaires* como uma ameaça.

Nesse sentido, conforme afirma Martin Shaw, o genocídio combina a intenção de destruir um grupo social a partir do uso de atos de violência contra civis *de um grupo específico, que é definido como inimigo* (Shaw, 2007). O genocídio deve ser considerado, portanto, como um ato social violento com as características acima, que é configurado e identificado independentemente de atingir uma determinada escala objetiva de mortes (Ibid., pp. 154 e ss.).

⁴⁸ Campbell fala em etnia, mas essa mesma visão pode se estender a outras classificações identitárias (raça, nação, etc.).

Heather Rae identifica acertadamente o genocídio como uma estratégia de “homogeneização patológica”, que se intensificou com a consolidação do Estado moderno (Rae, 2002, p. 3 e ss.). A homogeneização patológica consiste na utilização de estratégias para construção de uma unidade política unificada dentro de um domínio territorial por meio da construção de uma identidade coesa e de uma autoridade legítima a partir da criação de fronteiras (Ibid.). Segundo Rae, “these strategies range from attempts to legally exclude minority groups from citizenship rights, to strategies of forced conversion or assimilation, expulsion and extermination” (Ibid., p. 5). Todas essas estratégias funcionam como um mecanismo na tentativa de criação de uma população homogênea a partir da exclusão violenta da diferença. Essa exclusão é possível a partir da demarcação de fronteiras identitárias capazes de delimitar a existência de uma comunidade moral exclusiva, que autoriza a rejeição da alteridade ameaçadora à unidade do *self* (Ibid.).

Dessa forma, a consolidação e a legitimação do Estado moderno se encontram discursivamente atreladas a uma identidade unitária, que liga um grupo homogêneo a um território específico. Para a formação dessa coerência identitária que legitima a autoridade estatal, é necessária a constante (re)construção de fronteiras que criam um “Outro” a ser excluído (Rae, 2002, p. 14 e ss.). Como a unidade e a coerência identitária raramente ocorrem na prática, táticas violentas para a (re)produção do *self* e para a exclusão da alteridade, como o genocídio, por exemplo, tornam-se uma opção política possível (Ibid., p. 53).

A formação de uma alteridade expressa em termos inassimiláveis, portanto, é questão central nas dinâmicas dos genocídios. A existência dessa alteridade radical autoriza o uso da violência capaz de acarretar a aniquilação da comunidade construída com o “Outro” (Campbell, 1998a). Nesse sentido, o genocídio combina a relação entre subjetividade e violência na sua forma mais extremada.

Em suma, a presente pesquisa percebe a importância da adoção desse entendimento mais amplo que une a compreensão de que o genocídio se caracteriza pelo elemento intencional de destruição de um grupo-alvo a partir da construção de uma alteridade inassimilável e a implementação de um ideal de homogeneização, levados a cabo diretamente ou com a cumplicidade de um Estado.

3.2. Padrões de violência contra o gênero durante os genocídios.

Esta seção busca apontar os diferentes padrões de vitimização aos quais homens e mulheres são submetidos durante os processos de genocídio. A intenção desta dissertação é desconstruir a dicotomia que cria a imagem do homem-perpetrador *versus* mulher-vítima. Tendo isso em vista, serão ilustrados brevemente como esses padrões foram utilizados no caso de dois genocídios nos quais a violência contra o gênero foi perpetrada de maneira sistemática: Ruanda e ex-Iugoslávia. De fato, a ocorrência desse tipo de violência não é um elemento exclusivo desse momento histórico. No entanto, a discussão acerca do uso da violência contra o gênero como elemento da dinâmica dos genocídios de maneira específica começa a ser desenvolvida nesse momento tanto pelo grau inédito de sistematicidade com que ocorreu, quanto pela abertura de um espaço discursivo para o debate de questões de identidade, em geral, e de identidades de gênero, em particular, nas Relações Internacionais no período do pós-Guerra Fria.

Como o objetivo do presente capítulo é tão somente identificar as dinâmicas de gênero em contextos de genocídio, apontando para a relação entre gênero, intersubjetividade e violência, não nos aprofundaremos nos detalhes acerca dos conflitos em Ruanda e na ex-Iugoslávia, uma vez que não são eles, mas sim a utilização da violência contra o gênero nesses casos, o nosso objeto de análise.

3.2.1 O genocídio na Bósnia: contexto e identidades

A guerra da Bósnia (1992-1995) envolveu e vitimou tanto bósnios muçulmanos quanto croatas e sérvios. No entanto, serão destacadas aqui especificamente as atrocidades que os sérvios cometeram contra os bósnios muçulmanos, visto que, nesse conflito, a Sérvia era a parte a implementar uma política oficial de massacres que afetou, em sua maioria, vítimas daquele grupo (Allen, 1996, p. 43).

O contexto do genocídio na Bósnia remonta à fragmentação da ex-Iugoslávia no início da década de 90. A antiga Iugoslávia era um Estado federal

formado por seis repúblicas (Sérvia, Montenegro, Croácia, Bósnia-Herzegovina, Eslovênia e Macedônia) e duas províncias autônomas (Kosovo e Vojvodina), que passaram a se desintegrar em 1991 a partir da independência da Eslovênia e da Croácia.

Composta por um cenário étnico bastante heterogêneo⁴⁹, a Bósnia declarou a sua independência em 1992 após a realização de um plebiscito (Power, 2004. pp. 288-291), o que causou um desconforto não apenas com a minoria sérvia interna, mas também com a própria Sérvia, que defendia a integridade territorial da Iugoslávia em nome da manutenção de todos os sérvios dentro da mesma entidade política.

Para se opor à independência da Bósnia, os sérvios bósnios, apoiados por forças sérvias locais e pelo exército nacional da Iugoslávia (composto majoritariamente por sérvios)⁵⁰, declararam a formação de um Estado sérvio-bósnio dentro da Bósnia. A partir de então, passaram a implementar atos de violência para eliminar a presença muçulmana do território com o objetivo de tornar a área etnicamente homogênea com vistas a formar a Grande Sérvia (Ibid.). Essas medidas ficaram conhecidas como “limpeza étnica”, o que consistia não apenas na destruição de símbolos e locais culturais e religiosos, mas também na remoção forçada e no massacre da população local por meio de assassinatos, tortura, estupros e prisões arbitrárias.

Assim como ocorreu no caso de Ruanda (vide seção abaixo), os grupos que compunham a Bósnia e que se tornaram alvos e agentes da violência eram anteriormente amigos, vizinhos, colegas de trabalho, que conviviam, trabalhavam e até mesmo realizavam casamentos entre si. De fato, tanto em Ruanda como na ex-Iugoslávia, o confronto desses grupos no passado proporcionou a formação de mitos e lembranças históricas que ressurgiram e provocaram disputas em função do contexto político (Arfi, 1998). Isso não significa dizer, no entanto, que os conflitos em ambos os casos foram causados por “ódios antigos”, mas sim que as identidades, mutáveis que são pela prática social e pelo discurso, podem transitar entre diversos graus de alteridade, havendo o potencial que a diferença possa se

⁴⁹ 43% muçulmanos, 31% sérvios e 18% croatas (Power, 2004, pp. 288 e ss.).

⁵⁰ Segundo Allen, o domínio de sérvios no exército nacional Iugoslavo foi possível porque, desde 1986, havia uma política deliberada de expulsão de não-sérvios e de ações como cortes de pagamentos, além de medidas que impediam sua ascensão nos cargos e até mesmo homicídios frequentes de soldados não-sérvios dentro dessa instituição (Allen, 1996, p. 50-51).

afirmar como alteridade radical, o que possibilitou a eclosão atos de violência entre os grupos (Campbell, 1998a). Nas palavras de Campbell:

“Far from being a natural outgrowth of historical animosities and earlier conflicts, we can think of these issues of ethnicity and nationalism as *questions of history violently deployed in the present for contemporary political goals.*” (Campbell, 1998b, p. 86 - grifo no original).

Destarte, as identidades foram reestruturadas no contexto da violência de modo a assumirem novas configurações de animosidade. Essa tendência pode ser confirmada pela seguinte constatação de Allen:

“my Bosnian-Herzegovinian and Croatian informants have often insisted that their national or “ethnic” identities, which over decades of national unity had taken on secondary status, assumed new values when the military violence begun in 1991”. (Allen, 1996, p. 7).

No caso da ex-Iugoslávia, o contexto político que possibilitou a reformulação das identidades estava relacionada à morte de Josip Broz Tito, que presidiu a federação entre 1953 e 1980, e havia conseguido nesse interregno a convivência entre os diferentes grupos por meio da promoção da igualdade entre eles no âmbito institucional da federação. No entanto, sua morte, em 1980, gerou um vácuo de poder em meio a um contexto político de deslegitimação do comunismo e de crise econômica, o que abriu espaço para a emergência de novos líderes nacionalistas (Mennecke, 2009, pp. 513 e ss.).

O nacionalismo sérvio promovia um discurso acerca da importância da manutenção da República da Iugoslávia devido à necessidade de preservar os sérvios em um único Estado territorial em nome de sua segurança, que poderia ser ameaçada com a secessão dos diferentes Estados da República nos quais os sérvios constituíam grupos minoritários.

Esse discurso entrou, então, em choque com o discurso de independência de outros Estados da federação, promovendo, assim, um embate político que reestruturou as identidades desses grupos a partir da politização de memórias históricas e mitos políticos, que serviam de lentes interpretativas para as ações de um grupo em relação aos outros (Arfi, 1998).

A partir de então, a Sérvia passou a promover a associação da independência desses Estados com a perseguição dos sérvios no passado, gerando

um discurso de (in)segurança que ligava a necessidade de manutenção da integridade territorial da ex-Iugoslávia com a proteção dos sérvios. Dessa forma, essas lembranças de perseguição reavivaram as animosidades entre esses grupos e permitiram a constituição de uma identidade demonizada atribuída aos não-sérvios (croatas e os muçulmanos).

A construção da alteridade não-sérvia lembrava, por exemplo, da atuação da *Ustasha*, partido croata que se associou ao nazismo durante a Segunda Guerra. De fato, o grupo havia promovido a perseguição e o massacre de sérvios entre 1941 e 1945, por croatas e muçulmanos (Rae, 2002, p. 174). Em relação aos muçulmanos, foi também reavivada a lembrança da destruição do Império sérvio na batalha de Kosovo (1389) pelo Império Turco-Otomano. Cabe destacar que Kosovo era visto como a “Jerusalém dos Sérvios” e a perda dessa batalha gerou um ressentimento em relação aos “turcos”, associados com os grupos muçulmanos, que passaram a ser perseguidos em função dessa construção (Rae, 2002, p. 189). Dessa forma, os muçulmanos passaram a ser retratados como traidores dos sérvios e como fundamentalistas que aniquilavam aqueles que não compartilhavam a fé islâmica (Rae, 2002, p. 190)⁵¹.

A memória de massacres dos sérvios no passado, portanto, passa a ser utilizada como propaganda e veículo de disseminação do medo, reforçando a imagem desumana dos não-sérvios e a ameaça que eles representavam para o povo sérvio (Rae, 2002, pp. 168-169). De acordo com Rae:

“The use of the myth of Kosovo, combined with the reinterment of Serb war dead killed by the *Ustasha*, also paved the way for the characterisation of non-Serbs in a way that legitimated the policy of ethnic cleansing” (Ibid., p. 187).

Dessa forma, construía-se a imagem de que a segurança e a identidade sérvia dependiam da exclusão permanente do “outro” muçulmano, visto como inimigo inassimilável. Como consequência, a politização de memórias históricas reforçaram as fronteiras identitárias em termos de alteridade entre grupos, abrindo espaço para a implementação de políticas genocidas. Segundo Rae, os sérvios acreditavam que “(w)ith the Muslims negotiation is not possible, regardless of

⁵¹ Para os nacionalistas sérvios a batalha de Kosovo era vista como o início de “five centuries of Ottoman rule and the symbol par excellence of their right to take vengeance on all Muslims (Allen, 1996, p. 15).

their qualities as individuals and the play ends with their extermination: ‘it’s them or us’” (Ibid., p. 190).

O desencadeamento da violência está ligado, portanto, a uma tentativa da Sérvia de criar um Estado etnicamente homogêneo (Campbell, 1998b, p. 85; Rae, 2002) a partir da reconfiguração das dinâmicas e das fronteiras entre esses grupos. Essa reconfiguração desencadeou em um genocídio, que não era inevitável, mas tornou-se uma opção naquele contexto em função da construção de uma alteridade radical inferior/desumanizada interpretada como uma ameaça ao *self*. (Rae, 2002; Campbell, 1998a).

3.2.2

A violência contra o gênero no genocídio da Bósnia

Antes de iniciar a discussão, é necessário destacar que esse trabalho tratará especificamente de padrões de aniquilação *sistemáticos e em larga escala* de casos de violências contra o gênero. Durante o genocídio na Bósnia foi possível observar dois padrões desse tipo: a violência sexual contra mulheres e meninas bósnias muçulmanas e os massacres seletivos contra homens e meninos desse mesmo grupo.

Isso não significa que crimes de massacre tenham sido voltados exclusivamente para homens ou que a violência sexual tenha ocorrido apenas contra mulheres, mas tão somente indica que havia uma preferência por parte do perpetrador nesses padrões de violência contra o gênero. A opção deste trabalho em analisar apenas os casos de violência sistemática se deve ao fato de que estamos tratando de violências implementadas como elemento estratégico (e não randômico) dentro de um conflito identitário. Dessa forma, cabe destacar que “‘systematic’ refers to the organized nature of the acts of violence and the improbability of their random occurrence” (United Nations, 2009, p. 2) e “larga escala”, por sua vez, “refers to the large-scale nature of the attack and the number of victims” (United Nations, 2009, p. 2).

Primeiramente, será discutida a utilização da violência sexual contra mulheres e meninas muçulmanas⁵². Conforme já afirmado anteriormente, o

⁵² De fato, como observam a maioria das análises acerca desses genocídios, mulheres croatas e sérvias também foram atacadas na ex-Iugoslávia. Todavia, o padrão sistemático de atuação e a maior parte das vítimas, tanto de estupros quanto de massacres, eram mulheres e homens bósnios

estupro já havia sido utilizado em genocídios anteriores, contudo pela primeira vez se percebe a perpetração da violência sexual como uma *política deliberada* de destruição de um grupo. Nas palavras de MacKinnon:

“(...) the world has never seen sex used this consciously, this cynically, this elaborately, this openly, this systematically, with this degree of technological and psychological sophistication, as a means of destroying a whole people.” (Mackinnon, 1994a, p. 75)

Estima-se que durante o genocídio na Bósnia, entre 20.000 a 50.000 mulheres⁵³ tenham sido vítimas de estupro (Stiglmayer, 1994, p. 85). A dificuldade de precisar o número correto e o entendimento de que esse número seja, na verdade, muito abaixo do que ocorreu, se deve ao fato de que as vítimas de estupro, geralmente, evitam denunciar a violência sofrida, seja por medo de retaliação, rejeição ou ainda por não serem estimuladas a fazê-lo por sua família (Ibid.; Allen, 1996)

As violências sexuais, nesse genocídio, eram claramente utilizadas com o intento de realizar uma “limpeza étnica” nas áreas de interesse da Sérvia⁵⁴. Os estupros em massa funcionavam, assim, como tática de remoção da população inimiga e como meio de impedir a sua capacidade reprodutiva, evitando assim o nascimento no seio de grupos não-sérvios e a purificação das gerações posteriores.

A utilização do estupro como uma política de guerra foi, portanto, uma estratégia desenhada para humilhar e impedir a perpetuação da população atacada que se baseava nas construções de gênero presentes na sociedade.

Cabe destacar que as culturas das partes envolvidas no genocídio eram patriarcais, ou seja, valorizavam a dominação masculina e, conseqüentemente, os homens ocupavam a maior parte e os principais postos políticos e militares,

muçulmanos. Os perpetradores, por sua vez, eram em sua maioria sérvios. Em função disso, nos focaremos nas violências perpetradas contra esse grupo especificamente.

⁵³ Esse número engloba vítimas muçulmanas, croatas e sérvias.

⁵⁴ O caráter intencional desse tipo de violência pode ser confirmado também em função da existência de uma indústria pornográfica produzida a partir da violência sexual cometida no conflito. Os estupros realizados eram, muitas vezes, filmados ou havia ainda a realização de fotos eróticas das vítimas, que serviam de estímulo aos estupradores (Allen, 1996, p. 34-35). A partir desses produtos, a imagem da mulher era desumanizada, tida como um mero objeto, o que facilitava posteriormente a ocorrência de outros estupros (Mackinnon, 1994a, p. 78). Por outro lado, era comum que os sérvios veiculassem essas imagens com as identidades das vítimas trocadas de modo a convencer a população sérvia que eram os muçulmanos que estavam atacando as mulheres sérvias, o que disseminava um sentimento de ódio e vingança na população sérvia,

enquanto as mulheres eram geralmente ligadas ao lar e à família (Allen, 1996, p. 23). No caso dos muçulmanos, que representavam a maioria das vítimas, é importante notar que sua organização social se dava em torno dos princípios do Islã fornecidos pela lei da *shari'ah*, que valoriza a separação das diferentes tarefas e deveres destinados aos homens e às mulheres (Zalihic-Kaurin, 1994, p. 170). Isso significa dizer que, nesse contexto cultural, a casa é vista como o lugar ao qual a mulher pertence e que ela deve desempenhar, dentro e fora de seu lar, o papel de boa esposa, mãe e dona de casa, enquanto a mulher solteira deve se preparar para exercer essa função, respeitando e valorizando a sua castidade (Ibid.). Já ao marido cabe o papel de sustentar e proteger a sua família. De acordo com Zalihic-Kaurin, “(o)ne of the Koran’s most impressive designations for marriage is the Arabic Word *hisen*, “fortress”. The husband protected the fortress, and the wife reigned over its inner realm” (Zalihic-Kaurin, 1994, p. 171).

A construção da feminilidade como frágil e subordinada se combinou com os discursos identitários de alteridade muçulmana. Essa combinação pode ser identificada no documento conhecido como “Ram Plan”, elaborado por oficiais do exército da Iugoslávia, em 1991:

“Our analysis of the behavior of the Muslim communities demonstrates that the morale, will, and bellicose nature of their groups can be undermined *only if we aim our action at the point where the religious and social structure is most fragile. We refer to the women, especially adolescents, and to the children.* Decisive intervention on these social figures would spread confusion among communities, thus causing fear and then panic, leading to the probable [Muslim] retreat from the territories involved in war activity” (*apud* Allen, 1996, p. 57 - grifo no original).

No conflito da ex-Iugoslávia, o estupro era utilizado de três formas principais, conforme aponta Beverly Allen. O primeiro tipo consistia no estupro em massa, realizado publicamente por forças armadas sérvias, militares ou paramilitares, após a ocupação de uma vila ou região. Esses ataques eram freqüentemente perpetrados na presença de parentes e vizinhos das vítimas e geravam um clima de medo na população local. Aproveitando-se desse clima, dias após o ataque, forças armadas regulares entravam nas vilas e ofereciam aos habitantes muçulmanos a possibilidade de serem evacuados daquele local (Allen,

contribuindo, portanto, para a demonização e autorização da violência contra os muçulmanos (Mackinnon, 1994b, p. 192).

1996, p. 62). A segunda forma consistia na utilização de estupros realizados como tortura em campos de concentração. Por fim, o terceiro tipo se dava por meio da utilização do que ficou conhecido como “*rape camps*”⁵⁵, ou, seja:

“buildings or other enclosures where Bosnian-Herzegovina and Croatian girls and women are kept and systematically raped for weeks or months at a time by Serb personnel from the Yugoslav Army, irregular Serb soldiers, Chetniks, and even civilians. The rape/death camps are restaurants, hotels, hospitals, schools, factories, peacetime brothels, or other buildings (...).” (Allen, 1996, p.65)

Esses campos de estupro eram lotados, com condições precárias de higiene e alimentação (Stiglmyer, 1994) e tinham basicamente duas finalidades: a primeira era idêntica a dos campos de concentração regulares, ou seja, utilizar o estupro como tática de tortura e destruição psicológica da vítima e de seu grupo. A segunda finalidade era engravidar forçadamente as mulheres atacadas. Nesse contexto, as vítimas afirmam ter ouvido dos soldados que estavam sendo estupradas para que dessem a luz à bebês sérvios. “We’re bringing you to a concentration camp. The next time we meet, you’ll have one of our kids in your belly”, afirmou uma testemunha em entrevista à autora Beverly Allen (Allen, 1996, p. 92).

O Relatório final da Comissão de Experts da ONU de 1994, que investigou os crimes perpetrados na ex-Iugoslávia, também enfatizou que “(p)erpetrators tell female victims that they will bear children of the perpetrator's ethnicity, that they must become pregnant, and then hold them in custody until it is too late for the victims to get an abortion” (*apud* Fisher, 1996, p. 113).

A gravidez forçada, além de impedir a perpetuação do grupo-alvo, aumentava ainda o número de membros do grupo-perpetrador e atuava como afirmação da masculinidade desse grupo como exercício de poder e dominação, conforme será destacado adiante. Além da degradação física e psicológica, é possível perceber que a utilização desses crimes atuava ainda como barreira à perpetuação do grupo em virtude dos traumas físicos e psicológicos causados às vítimas que têm sua reprodução futura comprometida⁵⁶. Nas palavras de Hague: “By enforcing pregnancies and asserting that all children born as a result of these

⁵⁵ Os “rape camps”, de maneira geral, estavam em prédios separados, mas podiam também existir dentro de campos de concentração comuns, segundo a autora (Allen, 1996, p. 101)

⁵⁶ Essa limitação pode ocorrer tanto pelas conseqüências físicas que a violência pode causar ao aparelho reprodutor da vítima como também em função do trauma psicológico que, muitas vezes, leva a vítima a ter uma “associação negativa com o sexo”, o que dificulta a sua reprodução no futuro (Sivakumaran, 2007).

were “Serb” and by removing all traces of non-Serb inhabitation of territory, the only national identity of the Balkans would be ‘Serb’” (Hague, 1997, p. 54).

A utilização de gravidez forçada está diretamente conectada à construção patrilinear da sociedade, pois, nesses casos, acredita-se que a criança herda a etnia de seu pai (Allen, 1996, p. 63; Mackinnon, 1994b, p. 192). Conseqüentemente, é possível afirmar que durante o conflito na Bósnia, o estupro foi politicamente utilizado e funcionou não apenas como mecanismo de dispersão da população das áreas de interesse, mas também para afirmar a supremacia e a masculinidade sérvia como norma.

Além do estupro, outras violências sexuais eram utilizadas. Destaca-se, nesse sentido, a grande ocorrência de violências físicas que se focavam na genitália e/ou na capacidade de reprodução da vítima (Allen, 1996, p. 198) como a castração, a nudez forçada, a masturbação forçada, etc. (Idem; Sivakumaran, 2007)⁵⁷.

Os homens em idade de combate, por sua vez, tendiam a ser as maiores vítimas de massacres seletivos. Uma das evidências desses massacres é o fato de que grande parte das covas coletivas descobertas até então se encontram, em sua maioria, repletas de homens muçulmanos não-combatentes (Carpenter, 2006b, p. 18). Em alguns casos, esse número chegou a 90% dos corpos encontrados (Jones, 1994, p. 125). Estima-se ainda que 80% das vítimas do conflito na Bósnia sejam homens em idade de combate⁵⁸ (Gendercide Watch, 2008). Além disso, os homens muçulmanos compunham aproximadamente 95% das populações encarceradas dos campos de concentração⁵⁹ (Gendercide Watch, 2008), enquanto as massas de refugiados eram majoritariamente compostas por mulheres e meninas (Jones, 1994, p. 125).

⁵⁷ Na ex-Iugoslávia, os homens também foram vítimas de violências sexuais. Carpenter evidencia casos na Bósnia em que os prisioneiros eram forçados a manter relações sexuais com outros prisioneiros ou guardas. Cita ainda casos em que prisioneiros eram colocados nus em fila para observarem mulheres sérvias se despindo e, caso algum deles tivesse ereção, sofreria castração ou choque elétrico em seu órgão genital (Carpenter, 2006a, p. 94). Destacam-se ainda o caso *Stakic* no qual detentos eram obrigados a praticar felação uns nos outros na frente de outras pessoas e o caso *Cesik* em que dois irmãos muçulmanos foram obrigados a realizar a mesma prática (Sivakumaran, 2007, p. 264). Outra violência bastante comum era a esterilização forçada como a castração e a mutilação, freqüentemente utilizadas para humilhar e feminizar os prisioneiros (Idem, p. 265). Voltaremos a esse ponto posteriormente.

⁵⁸ Ver: http://www.gendercide.org/case_bosnia.html

⁵⁹ Ibid.

O relatório final da Comissão de Experts das Nações Unidas (1994), bem como o relatório “War Crimes in Bosnia-Herzegovina” da organização Helsinki Watch (1993) confirmam esse padrão, apontando que unidades especiais do exército sérvio ou exércitos irregulares entravam nas vilas e massacravam inicialmente parte dos homens. Os sobreviventes, então, eram divididos em dois grupos, um de mulheres, idosos, crianças e meninos de até aproximadamente 16 anos e outro de homens acima dos 16 anos, que eram levados para campos de concentração, onde eram torturados e massacrados.

Nas palavras de Stiglmyer: “All those who could later be dangerous threats –able-bodied men who might plan revenge or potential leaders who could organize and incite people – are killed” (Stiglmyer, 1994, p. 87). A maior parte das mulheres, crianças e idosos, que os sérvios consideravam inofensivos, eram deixadas para trás e podiam ou não ser evacuados ou encarcerados posteriormente, sofrendo outros tipos de violência, como o estupro, por exemplo. (Stiglmyer, 1994, p. 98).

Ainda nesse sentido, afirma a autora:

“All men whom the Serbs considered *potential opponents*, as well as a *portion of* women, children and old people, were brought into internment camps (...). In the three large camps thousands of people were held prisoner; at times there were as many as 11,000 *men* in Omarska, according to a UN report. Omarska and Keraterm, *both of them almost exclusive male camps, are considered death camps.* (...) (In Omarska) at night *men were killed* in a slaughter house belonging to the complex, and ten to twenty prisoners died every night” (Stiglmyer, 1994, pp. 87 e 88 – grifo meu).

O relatório supramencionado da Helsinki Watch, por sua vez, cita diversos episódios de seleção de homens para a execução sumária ou o encarceramento, onde os prisioneiros também eram mortos por tortura. Durante o ataque de sérvios em Kevljane, por exemplo, os homens muçulmanos foram colocados em um ônibus e levados para o campo de Omarska. O mesmo ocorreu em Korazac e Prnovo, onde homens foram impedidos de deixar o local e a maioria foi sumariamente executada (Helsinki Watch, 1993, pp. 68 e ss.). Em Gornja Sanica, homens foram retirados das vilas pelos sérvios enquanto mulheres crianças e idosos puderam permanecer temporariamente até serem removidos por grupos paramilitares e, nesse processo, as mulheres foram estupradas frequentemente (Ibid., p. 77 e 78). Em Rizvanovici, uma vítima conta ter presenciado a execução

sumária da maioria dos homens em sua vila: “The army took most of the men and killed them. There were bodies everywhere.” (Ibid., p. 80).

Há relatos ainda acerca de um comboio saindo do campo de Trnopolje com aproximadamente 150 a 200 homens que foram retirados dos ônibus e sumariamente executados por Sérvios, que deixaram vivos apenas os menores de 17 anos e idosos (Ibid., p. 34). Uma testemunha, chamada pelo documento de S.S., relata a respeito desse caso:

“S.S. claims that the men were summarily executed in the village ‘The army came to the village to take the men to the detention centers. There was a lot of blood on the streets. They killed and tortured them. I saw it happen; (...). After the killing, the women took care of the bodies and identified them. The older men buried the bodies.’” (Ibid., p. 58).

Uma das vítimas entrevistadas por Stiglmayer testemunhou todos os homens de sua vila serem levados em 11 ônibus para o campo de Keraterm e no mesmo dia, esses homens ou estavam no campo, ou haviam sido mortos. “Only women and kids were left in the village”, afirmou a vítima (Stiglmayer, 1994, p. 94).

Na Bósnia, a existência dos massacres eletivos contra homens e meninos tornou-se inegável após os massacres de Srebrenica, em 1995, declarada como uma “safe area”⁶⁰ para a proteção de civis pela Resolução 819 do Conselho de Segurança da ONU.

Ainda em 1993, dois anos antes desses massacres, a Sérvia já havia ameaçado invadir a área. Vale destacar que o Alto Comissário das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR) havia evacuado do local 9000 pessoas em sua maioria mulheres, crianças, idosos e feridos (Carpenter, 2006b, pp. 144-5). Apesar de a ACNUR ter protegido apenas esses grupos, havia o conhecimento por parte dos seus funcionários de que, se a invasão ocorresse, os principais alvos seriam os homens e os meninos em idade de combate⁶¹ (Ibid.)

⁶⁰ O Conselho de Segurança determinou a criação de “safe areas” em Srebrenica (Resolução 819 de 1993), Sarajevo, Gorazde, Zepa, Tuzla e Bihac (Resolução 824 de 1993). Nessas áreas, os civis deveriam estar protegidos de ataques pela proteção da UNPROFOR (United Nation Protection Force), a missão de paz estabelecida pela ONU para atuar durante o conflito na ex-Iugoslávia. (Bellamy et. al, 2004, p. 134).

⁶¹ Em 1992, quando houve uma tentativa prévia de tomara Srebrenica, os sérvios torturaram até a morte aproximadamente 350 homens muçulmanos em uma escola de Bratunac, cidade próxima a Srebrenica. (Gendercide Watch, 2008). Nesse sentido, ver: http://www.gendercide.org/case_srebrenica.html

Em julho de 1995, os sérvios conseguiram tomar Srebrenica e separaram, na presença do batalhão holandês da UNPROFOR, mulheres e crianças, possibilitando que saíssem vivos, e detiveram homens e meninos em idade de combate, que foram torturados e executados. Já no dia seguinte, os peacekeepers holandeses encontraram entre 500 a 700 corpos em um campo de futebol em Nova Kasaba (Jones, 2001, p. 33).

Aproximadamente 8000 homens e meninos foram executados durante os massacres (Carpenter, 2006b, p. 144), ou seja, 38% de todos os desaparecidos da guerra são representados pelos homens de Srebrenica⁶² (Gendercide Watch, 2008). Em relação aos desaparecidos durante o conflito, o Comitê Internacional da Cruz Vermelha (CICV) afirmou que “In Bosnia-Herzegovina, there are still 18,292 persons reported as missing by their families to the ICRC. Of these, 92% are men and 8% are women”⁶³ (CICV, 2001, p. 133)⁶⁴.

Em suma, é possível identificar um duplo padrão de atuação genocida informado pelo gênero em que o estupro atua como “uma contrapartida do extermínio de homens que ocorrem em campos de concentração mantidos pelos Sérvios”⁶⁵ (Drakulic, 1993, *apud* Allen, p. 95-96). Nesse sentido, afirma Drakulic:

“while Muslim men are killed fighting or exterminated in about 100 concentration camps (...), women are raped and impregnated and expelled from their country. Thus not only is their cultural and religious integrity destroyed but the reproductive potential of the whole nation is threatened” (Drakulic, 1993, *apud* Allen, 1996, p. 96).

Apesar desse duplo padrão que vitimizou homens e mulheres, a maioria das análises de gênero desses conflitos enfatiza predominantemente a violência cometida contra mulheres e meninas, conforme veremos adiante.

⁶² Ibid.

⁶³ Nesse sentido, ver: <http://www.reliefweb.int/library/documents/2001/icrc-women-17oct.pdf>

⁶⁴ Esse trecho é citado pelo site Gendercide Watch. Ver: http://www.gendercide.org/case_bosnia.html

⁶⁵ Tradução livre

3.2.3

O genocídio em Ruanda: contexto e identidades

Em Ruanda constata-se a presença dominante de três grupos: os Hutus, que representam a maioria da população ruandesa; os Tutsis, que representavam por volta de 15% da população à época do genocídio e, por fim, os Twas, que constituíam apenas 1% da população do país (Des Forges, 1999, p. 35). Tutsis e Hutus conviviam dentro do mesmo território, diferenciando-se mais pelas atividades econômicas que praticavam,⁶⁶ uma vez que falavam a mesma língua, possuíam a mesma religião e eram praticamente indistinguíveis fisicamente.

Durante a dominação colonial da Bélgica, passou a ser aprofundada pela metrópole uma política de diferenciação entre os dois grupos. Segundo Barnett e Finnemore:

“Motivated by a “scientific” ideology that determined that the Tutsis, who were “presumed to have come from the north and were seen as having Caucasian characteristics, were racially superior to the native-born Hutus, the Belgians introduced political reforms, identity cards, and educational, administrative and economic favoritism that institutionalize ethnic cleavage and Tutsi supremacy”. (Barnett e Finnemore, 2004, p. 136)

Os belgas, portanto, concederam à minoria Tutsi *status* de elite, calcado em critérios físicos como, por exemplo, o tamanho do crânio e o formato do nariz. Essas características embasavam políticas administrativas de diferenciação que acabaram por perpetuar tais categorias identitárias (Hitjens, 2001).

Com o fim da colonização belga e a declaração de independência do país em 1962, os Hutus conseguiram tomar o poder e passaram a governar a partir de uma política de hostilidade contra a minoria Tutsi, perpetuando a divisão “étnica” e o passado de subordinação de um grupo em detrimento do outro. A dominação Hutu levou grande parte da população Tutsi a se refugiar em Estados vizinhos, dentre eles Uganda, onde uma milícia armada foi formada por Tutsis exilados - a Frente Patriótica Ruandesa (FPR), que tinha como objetivo depor o governo Hutu e permitir o retorno dos Tutsis refugiados ao seu país de origem.

Nesse contexto, em 1990, a FPR invadiu Ruanda dando início a uma guerra civil, cujo cessar-fogo só foi estabelecido três anos depois por meio dos Acordos

⁶⁶ Os Hutus se concentravam predominantemente nas atividades agrícolas, enquanto os Tutsis atuavam na pecuária (Hitjens, 2001, p. 31).

de Arusha. Esses acordos instituíam a implementação de um governo compartilhado entre as duas etnias e a supervisão inicial do cessar-fogo por uma força de paz da ONU, a UNAMIR⁶⁷.

Os extremistas Hutus, todavia, temendo perder seus privilégios políticos e retornar ao passado de submissão e repressão, passaram a se sentir inseguros acerca da ordem que adviria do governo compartilhado entre “etnias”, previsto pelo acordo supracitado.

Em 6 de abril de 1994, com a derrubada do jato que transportava o presidente de Ruanda, Juvenal Habyarimana, que governava o país desde o golpe de 1973, e o do Burundi, Cyprien Nytaryamira⁶⁸, a crise ruandesa se intensificou e o país passou a ser governada por um grupo Hutu do alto comando militar, que passou a executar um plano de execução dos Tutsis.

Foi nesse contexto que a mobilização da identidade Hutu passou a se articular por meio de discursos de segurança que reavivaram mitos e lembranças históricas que caracterizavam os Tutsis como invasores estrangeiros, que objetivavam a dominação do Estado e dos demais grupos que nele habitavam (Taylor, 1999, p. 139). É possível perceber já nessa fase, portanto, que os grupos extremistas passaram a fazer uso seletivo de eventos históricos para a construção de mitos unificadores que permitiam a identificação e a mobilização dos Hutus como um grupo coeso e dos Tutsis como uma ameaça existencial (Arfi, 1998, p. 170). Como exemplo do uso dessas lembranças, Taylor (1999) cita a constante referência à FPR como um movimento que buscava restaurar a monarquia Tutsi. De acordo com a organização Human Rights Watch (HRW):

“Simplifying and distorting history, the propagandists insisted that Tutsi were foreign conquerors who had mastered the majority Hutu through a combination of ruse and ruthlessness” (HRW, 1996, p. 10).

As narrativas também sempre buscavam caracterizar qualquer Tutsi como um traidor e um inimigo em potencial (Hitjens, 2001, p. 38). As vítimas da FPR, por sua vez, eram retratadas como mártires sacrificados pelo “inimigo” Tutsi

⁶⁷ A UNAMIR, *United Nations Assistance Mission for Rwanda*, foi autorizada pelo Conselho de Segurança da ONU pela Resolução 872 de 05 de outubro de 1993.

⁶⁸ Até hoje há dúvidas quanto à autoria do atentado em questão, pois, apesar de ser Hutu, o presidente era considerado como moderado demais por ter sentado à mesa de negociação com as forças rebeldes.

(Taylor, 1999, p. 139; Hitjens, 2001, p. 43). Ainda nesse momento, passam a ser veiculadas mensagens que caracterizam os Tutsis como “eaters of our sweat”, “weight upon our back”, comparando-os a figuras míticas da tradição ruandesa que possuíam poderes malignos (Taylor, 1999, p. 137). Outro elemento bastante comum nesse discurso era a referência constante aos Tutsis como “baratas” ou “ervas daninhas”, metáforas que desumanizavam o grupo-rival e o caracterizavam como um perigo a ser combatido. Uma vez retratados dessa forma, tornou-se possível a legitimação de políticas de exclusão e de aniquilação dessa “ameaça” para defender a “sobrevivência” da sociedade.

A partir desses discursos criadores de estereótipos, esses mitos foram internalizados pelos Hutus, consolidando a demonização do “Outro” Tutsi como inimigo e rival. Nesse contexto, o discurso extrapolou a dinâmica interna do grupo e passou a autorizar atos de violência contra os Tutsis a partir da mobilização de amplos segmentos da população.

Assim como ocorria na ex-Iugoslávia, antes do desencadeamento do conflito, havia a convivência entre esses grupos e as disputas entre eles eram controláveis. A partir da invasão da FPR, a identidade de rivalidade se exacerbou e o “Outro” Tutsi foi construído como uma ameaça incontrolável e inassimilável ao “Nós” Hutu e, que merecia, portanto, ser aniquilada, já que sua existência passou a simbolizar por si só uma ameaça existencial aos Hutus. A internalização desse discurso foi capaz de permitir e legitimar o conflito de caráter genocida.

Vale destacar que a matança envolvia pessoas muito próximas entre si, como parentes e vizinhos. Os massacres eram realizados em mutirão, com armas como machetes, que requerem muita proximidade entre a vítima e o genocida. Atos de tamanha brutalidade foram possíveis justamente em função da propagação desses discursos de demonização da alteridade Tutsi. De acordo com Hitjens:

“Hutus’ willingness to take part *en masse* in the genocide had little to do with material calculations; it had to do with a ruthlessly efficient system of terror and propaganda, and the misuse of Rwanda’s dangerous history to mystify the sources of social conflict in contemporary Rwandan society” (Hitjens, 2001, p. 37).

Como consequência, morreram no conflito entre 800.000 a um milhão de Tutsis e Hutus moderados em função de um plano político muito bem articulado que envolvia a participação direta dos meios de comunicação como a *Radio-*

Télévision Libre des Mille Collines e o jornal *Kangura*, por meio dos quais se divulgavam os discursos de ódio e demonização, assim como os nomes das vítimas a serem perseguidas.

Ambos os veículos, vale dizer, eram de propriedade da *Akazu*, nome dado ao grupo Hutu extremista ligado inicialmente ao presidente Habyarimana e ao governo posterior. A utilização desses meios aumentou substancialmente a capacidade de mobilização política e, conseqüentemente a efetividade do genocídio (Gourevitch, 2006, pp. 83 e ss.). Além disso, a perpetração e a organização desses crimes contou com a participação direta de membros da elite política, detentores de altos cargos do executivo (ministros, prefeitos, etc.), o que demonstra a presença de uma autoridade centralizada, que utilizava o aparato burocrático do Estado para a implementação de uma política genocida contra os Tutsis e os Hutus moderados. Assim sendo, o genocídio de Ruanda não foi produto de um vácuo de poder, de barbárie, ou de um Estado “falido”, mas sim de um plano político muito bem articulado que precisava de uma autoridade centralizada capaz de colocá-lo em prática.

3.2.4

A violência contra o gênero no genocídio de Ruanda

Durante o genocídio em Ruanda também foi possível identificar a perpetração sistemática e em larga escala de dois tipos de violência contra o gênero: os massacres seletivos contra homens e meninos Tutsis⁶⁹; e a violência sexual utilizada contra mulheres e meninas Tutsis.

Em ambos os casos, a construção social de gênero desempenhou um papel fundamental na legitimação da violência sexual e dos massacres como padrões de perpetração durante a ocorrência do genocídio.

Como conseqüência, estima-se que 250.000 a 500.000 mulheres e meninas tenham sido estupradas como parte de um plano sistemático de destruição da minoria Tutsi (HRW, 1996, p. 17).

⁶⁹ Além disso, deve ser destacado que houve também a vitimização de homens e mulheres Hutus, porém esses crimes ocorreram de maneira não-sistemática e em função de sua proximidade com Tutsis (ex. casados com Tutsis ou atuavam como Hutus moderados) e não por sua identidade especificamente (Alison, 2007, p. 79; HRW, 1996, p.3). Assim, os Hutus moderados eram vítimas quando vistos como traidores políticos e sua imagem passava a ser associada com o “outro” Tutsi e não mais como pertencente ao “nós” Hutu.

Assim como na ex-Iugoslávia, havia uma preferência nas execuções sumárias por homens e meninos em idade de combate, que foram as primeiras vítimas dos massacres cometidos pelos Hutus. No entanto, meninos mais jovens e até mesmo bebês do sexo masculino não eram poupados como ocorreu na Bósnia. Isso fica claro nos testemunhos que apontam como os membros da *Interahamwe*⁷⁰ retiravam as fraldas dos bebês para identificar os que eram do sexo masculino com o objetivo de aniquilá-los (Jones, 2004b, p. 104). Esses massacres eram embasados na alegação de que os combatentes da FPR um dia haviam sido bebês e não teriam causado tantos problemas se tivessem sido aniquilados em 1959, quando o Poder Hutu passou a dominar o Estado ruandês (Ibid.; Carpenter, 2006a, p. 90).

Os relatórios da organização Human Rights Watch (HRW), “Shattered Lives” (HRW, 1996), ora referido como relatório de 1996, e “Leave None to Tell the Story” (Des Forges, 1999), ora referido como relatório de 1999, constataram que os homens e meninos eram os principais alvos dos massacres, principalmente nos primeiros meses do genocídio (entre abril e o início de maio de 94). Conforme aponta o relatório de 1999: “In the past Rwandans had not usually killed women in conflicts and at the beginning of the genocide assailants often spared them” (Des Forges, 1999, p. 227). Esse padrão pode ser confirmado no relatório de 1996 que afirma: “many survivors are widows who lost their families in the genocide and found themselves displaced or refugees *with no remaining male relatives* (HRW, 1996, p. 16 – grifo meu). Alguns testemunhos desse relatório demonstram o mesmo padrão: “The next day, *they killed all the men and boys*. I was left with my baby and the three girls” (HRW, 1996, p. 25 – grifo meu); “They had all the power - *our men, our husbands, were all exterminated*” (HRW, 1996, p. 27 – grifo meu).

De acordo com Adam Jones, um dos maiores indícios de que havia uma preferência dos perpetradores em matar homens e meninos está nos frequentes testemunhos de mulheres que contam como seus parentes costumavam se vestir com roupas femininas em uma tentativa de escapar dos massacres (Jones, 2004b, p. 109).

⁷⁰ Milícia ruandesa Hutu responsável pelos principais massacres e violências que ocorreram durante o genocídio de Ruanda.

Durante os primeiros meses de genocídio, houve, portanto, uma campanha para aniquilar os homens Tutsis que, apenas a partir da metade de maio de 1994, evoluiu para que mulheres e crianças também fossem alvos (Des Forges, 1999, p. 13). Assim afirma o relatório da organização African Rights, citado por Jones:

“The primary target of the hunt (for survivors of the opening massacres) were Tutsi men, particularly what extremist propaganda portrayed as the “ultimate” enemy – rich men, men between their twenties and forties, especially if they are well-educated professionals or students (...). Within days, entire communities were without their men; tens of thousands of women were widowed, tens of thousands of children were orphaned” (African Rights, 1995 *apud* Jones, 2004b, p. 107).

Nesse sentido, um sobrevivente afirmou para a organização African Rights: “It was simply not safe for a Tutsi man to be visible” (African Rights, 1995, *apud* Jones, 2004b, p. 107). Jones cita ainda o relato de outra testemunha, que afirmou: “As soon as I heard that Habyarimana had been assassinated, I knew they would go for all Tutsis, especially Tutsi men” (African Rights, 1995, *apud* Jones, 2004b, p. 106). Há ainda relatos dos massacres em Sovu (Butare) e Kigali em que os *génocidaires* selecionavam e matavam homens e meninos, “any able-bodied male who they thought would join the RPF” (African Rights, 1995, *apud* Jones, 2004b, p. 108).

O censo de 2002 de Ruanda, o primeiro realizado após o genocídio confirma como os homens foram os mais afetados pelos massacres de 1994. Assim afirma o documento:

“A study of the sex ratios among the population aged 17 years and above reveals that the adult male population was more affected by the war and genocide of the 1990s. In effect, there are 87 men to every 100 women aged 17 years and above while this proportion is higher among those aged below 17 years” (96 males to 100 females). (National Census Service – Republic of Rwanda, 2003, p. 29).

Uma recente reportagem do IRIN, serviço de notícias do OCHA (UN Office for the Coordination of Humanitarian Affairs) aponta a questão da grande proporção de mulheres viúvas sobreviventes do genocídio. A reportagem afirma que: “Genocide widows form a significant percentage of survivors because the *génocidaires targeted mainly men and boys*”⁷¹. E prossegue: “Across the country,

⁷¹ Nesse sentido, ver: <http://www.irinnews.org/Report.aspx?ReportId=88069>

there are 10 times more widows than widowers among the 300,000-400,000 survivors” (IRIN, 2010 – grifo meu).

A quantidade de viúvas em Ruanda é tão expressiva que foi fundada no país uma associação específica para as viúvas do genocídio de abril⁷², a AVEGA (Association of Widows of the April Genocide), para lidar com as conseqüências dessa questão. Muitas dessas viúvas precisam de tratamento médico em função da violência sexual sofrida (IRIN, 2010) ou se encontram financeiramente desamparadas, visto que, por tradição, as mulheres não possuíam direito de herança sobre as propriedades da família (Sharlach, 1999, p. 391)⁷³.

No caso da perpetração de violência sexual, há relatos de que as mulheres e meninas Tutsis, com idade entre dois e acima de 50 anos, sofreram os seguintes tipos de violência contra o gênero: estupros individuais ou em gangues, estupro com objetos “as sharpened sticks or gun barrels”, escravidão sexual⁷⁴ e mutilação sexual (HRW, 1996, p. 23).

De acordo com a organização HRW:

“These crimes were inflicted upon women after they had witnessed the torture and killings of their relatives, and the destruction and looting of their homes. Some women were forced to kill their own children before or after being raped. Women were raped or gang-raped repeatedly as they fled from place to place. Others were held prisoner in houses specifically for the purpose of rape for periods ranging from a few days to the duration of the genocide. Pregnant women or women who had just given birth were not spared, and these rapes often caused hemorrhaging and other medical complications which resulted in their deaths”. (HRW, 1996, P. 23)

As mulheres ruandesas, tanto Tutsis quanto Hutus, estavam inseridas em uma sociedade patriarcal em que o seu papel de mãe e esposa, ou seja, a sua colocação na esfera particular era parte central da sua identidade como mulheres ruandesas (Baines, 2003, p. 482 e ss.). Isso significa que na construção do seu

⁷² Tendo em vista que os homens e meninos foram as principais vítimas dos perpetradores entre abril e o meio de maio de 1994, é freqüente a referência a esse episódio como o “genocídio de abril”.

⁷³ Nas palavras de uma viúva, em depoimento dado à HRW: “It is as if we are now beginning a new life. Our past is so sad. We are not understood by society (. . .) We are not protected against anything. Widows are without families, without houses, without money. We become crazy. We aggravate people with our problems. We are the living dead” (HRW, 1996, p. 44 – grifo meu)

⁷⁴ Especialmente no início do genocídio, os atos de estupro eram muitas vezes disfarçados sob o rótulo de “casamentos forçados”. Os membros da *Interahamwe* mantinham as mulheres Tutsis em

papel social havia uma associação com a imagem de reprodutoras biológicas e culturais da nação (Baines, 2003, p. 482; Alison, 2007). Essa imagem naturalizava, por um lado, a subordinação política dessas mulheres e sua pouca participação na esfera pública (HRW, 1996; Baines, 2003, p. 483) e, por outro lado, reforçava o papel dos homens como protetores e decisores. “Throughout their lives, women are expected to be managed and protected by their fathers, their husbands and their male children”, afirma o relatório de 1996 da HRW, que prossegue: “the *strength* of a family is measured in the number of its *boys*” (HRW, 1996, p. 14 – grifo meu). Essa afirmação, vale destacar, também nos dá indícios das pressuposições de gênero que permeiam o massacre preferencial de homens e meninos Tutsis. Ao eliminá-los, havia o enfraquecimento das famílias Tutsis e, conseqüentemente, do grupo Tutsi como um todo.

A subordinação da mulher ruandesa se acirrou ainda mais na década de 80, quando o Estado ruandês passou a promover uma campanha de “choque de moralidade” contra mulheres solteiras que se comportavam de maneira considerada imprópria pelos padrões estabelecidos pelo governo, i.e., que se vestiam de maneira “inadequada” ou andavam na companhia de estrangeiros (Taylor, 1999, p. 161). Caso descobertas pelos agentes estatais, elas poderiam ser presas e acusadas de “vagabundagem” e prostituição (Ibid.). Reforça-se, assim, a partir de políticas estatais⁷⁵, a imagem da mulher como pura, virgem, submetida à proteção de seu pai ou marido e aos critérios de moralidade estabelecidos pelo Estado. O desafio a essa imagem passava a constituir um ataque a honra de sua família e seu grupo (De Londras, 2005, p. 8).

No entanto, a estrutura patriarcal não é condição determinante para que as mulheres sejam vítimas em massa de atrocidades como a violência sexual em contextos de genocídio, visto que não eram todas as mulheres que sofriam o mesmo grau de vitimização. Em Ruanda, as mulheres do grupo Tutsi estavam mais vulneráveis do que as Hutus, assim como ocorria na Bósnia com as mulheres

cativeiro com o objetivo de prestarem servidão sexual a seus estupradores, que se referiam a elas como “esposas” (HRW, 1996, p. 2).

⁷⁵ Trata-se assim de uma política estatal que interfere diretamente na vida privada das mulheres, o que desafia a divisão entre público e privado realizada nas Relações Internacionais e aponta como o gênero faz parte da construção e implementação de políticas estatais (Tickner, 1996). Nesse sentido, afirma Baines: “(e)ntering the realm of the familiar and personal, and linkening it to the national, Hutu extremists sought to smash any ambiguity of local identities and create a unified, national collective identity. The private sphere became a central site of nation building, manifest in the reproductive and sexual control of women’s bodies (...)”. (Baines, 2003, p. 480)

muçulmanas. Em ambos os casos, o surgimento desse padrão dependeu do modo como as construções de masculinidade e feminilidade foram combinadas com a identidade do grupo-alvo.

A demonização da mulher Tutsi foi estimulada a partir de mitos e lembranças históricas que retomam o passado colonial em que dominava a teoria de superioridade racial Tutsi, que construiu a imagem das mulheres desse grupo como mais bonitas e mais valorizadas em função dos seus traços caucasianos (Baines, 2003, p. 488; Taylor, 1999, p. 167 e ss.). Desse modo, a estética dessas mulheres era colocada no imaginário Hutu como uma característica que permitia que as mulheres Tutsis agissem com superioridade, desprezando os homens Hutus⁷⁶.

A combinação entre a imagem e o discurso étnico e de gênero abriram espaço para a legitimação do uso da violência sexual a partir de uma imagem sexualizada e repugnante das mulheres Tutsis. Essa construção, portanto, permitiu a emergência de uma sexualidade agressiva e legitimou atos de violência sexual destinadas a aterrorizar não apenas as vítimas em si, mas o grupo Tutsi como um todo.

Nesses discursos, além do uso de metáforas que colocavam os Tutsis como seres inferiores e malignos, o que justificava a aniquilação dos homens e meninos como combatentes em potencial, havia também a frequente utilização de construções de gênero, que colocavam as mulheres Tutsis como agentes infiltradas da FPR, que seduziam os homens Hutus com o fim de dominação da máquina estatal. Nas palavras de uma testemunha: “Tutsi women were seen as spies because they know how to present themselves to whites and to Hutu men, so they became an arm of the RPF” (HRW, 1996, p. 14)⁷⁷.

Como conseqüência, enquanto os homens Tutsis eram vistos como elementos combatentes da FPR, ou seja, que poderiam se juntar às forças de resistência para derrubar o governo Hutu, as mulheres Tutsis estariam atuando por

⁷⁶ Nas palavras da HRW: “Tutsi women were also targeted because of the gender stereotype which portrayed them as beautiful and desirable, but inaccessible to Hutu men whom they allegedly looked down upon and were “too good” for. Rape served to shatter these images by humiliating, degrading, and ultimately destroying the Tutsi woman” (HRW, 1996, p. 12-14).

⁷⁷ A propaganda anti-Tutsi também defendia que as mulheres desse grupo seduziam os estrangeiros e eram as responsáveis tanto pelo apoio externo dado à FPR e quanto pela atuação da UNAMIR no país. Segundo Taylor, “in the extremist literature, Hutu cartoonists depicted Tutsi women as prostitutes capable of enlisting Western support for the RPF cause through the use of their sexual charms” (Taylor, 1999, p. 171).

meio da sedução dos Hutus, ganhando, dessa forma, espaço para a causa Tutsi. Em comum, há a percepção de que ambos trabalhavam para o triunfo da FPR, ou seja, de que constituíam uma ameaça aos Hutus. Todavia, as ameaças postas por homens e mulheres Tutsis possuíam, na perspectiva do perpetrador, naturezas distintas. Nas palavras de Baines:

“Women and girls were ‘spared’ until the final stages of the genocide, initially on the ground that they posed no threat (...). But by mid-May, after most men and boys had been killed, national organizers of the genocide argued that it was necessary to kill women and girls too, based on the idea that Tutsi women reproduced the alien other” (Baines, 2003, p. 487).

As idéias acima unem, em primeiro lugar, a idéia de que todos os Tutsis são inimigos e trabalham de alguma forma para a causa da FPR: os homens, no combate, e as mulheres, de maneira menos letal e direta, ou seja, pela sedução e pela reprodução. Em segundo lugar, está a construção de um uso inadequado da sexualidade das mulheres Tutsis, diferenciando-a das pressuposições acerca do comportamento adequado e esperado da “boa” mulher ruandesa (i.e, mulheres Hutus).

O jornal *Kangura* desempenhou papel fundamental na propagação desses discursos. De acordo com uma das suas edições: “[t]he Inkotanyi, (a word used to refer to the RPF meaning “fierce fighter” in Kinyarwanda), will not hesitate to transform their sisters, wives and mothers into pistols to conquer Rwanda” (HRW, 1996, p. 13).

Foi esse mesmo jornal que publicou, ainda em 1990, os 10 mandamentos Hutu, símbolo da ideologia extremista do Poder Hutu. Conforme aponta o relatório do HRW, assim como inúmeras outras bibliografias a respeito do tema (Baines, 2003, p. 485; Taylor, 1999, p. 174), é possível perceber manifestações da construção social do gênero nos seguintes trechos:

- “1- Every Hutu should know that *a Tutsi woman, wherever she is, works for the interest of her Tutsi ethnic group*. As a result, we shall consider a traitor any Hutu who: marries a Tutsi woman; befriends a Tutsi woman; employs a Tutsi woman as a secretary or a concubine.
 - 2- Every Hutu should know that *our Hutu daughters are more suitable and conscientious in their role as woman, wife and mother of the family*. Are they not beautiful, good secretaries and more honest?
 - 3- Hutu woman, be vigilant and try to bring your husbands, brothers and sons back to reason.
- (...)

- 7- The Rwandese Armed Forces should be exclusively Hutu. The experience of the October [1990] war has taught us a lesson. *No member of the military shall marry a Tutsi*". (HRW, 1996, p. 13 – grifos meus)

A sustentação do discurso étnico e a legitimação da violência dele oriunda estavam diretamente calcadas na construção de uma identidade Hutu pura, ou seja, na construção de fronteiras rígidas entre os dois grupos envolvidos no contexto de genocídio (Baines, 2003; Taylor, 1999). A construção dessas fronteiras dependia, portanto, do convencimento de que esses dois grupos não poderiam se misturar, o que colocaria em risco a pureza da identidade defendida pelo perpetrador (Hitjens, 2001, p. 45). Essa construção era extremamente necessária para manter a pureza da identidade Hutu, uma vez que havia a idéia, na sociedade ruandesa, de que os homens Hutus preferiam se casar com mulheres Tutsis, em função de sua beleza.

Tendo em vista, portanto, os ideais de pureza racial defendidos pelo discurso extremista do Poder Hutu, a demonização da mulher Tutsi serviu ao propósito de desencorajar essas relações que ofuscavam a fronteira racial e a polarização identitária entre os grupos. Ao mesmo tempo, essa demonização valorizava, por outro lado, as virtudes da mulher Hutu, que teria o comportamento virtuoso esperado (Hitjens, 2001, p. 42).

Destarte, a junção das construções de gênero locais com o discurso acerca da identidade das mulheres Tutsi abriu espaço para que a violência sexual fosse estrategicamente utilizada como um ato de afirmação do poder Hutu, servindo não apenas como instrumento de humilhação e degradação, mas também como política deliberada para o enfraquecimento do grupo rival (Fein, 1999 p. 43).

Desse modo, é possível perceber que o uso dessa violência não foi randômica, mas parte de um plano sistemático de ataque ao grupo Tutsi como um todo.

“The pattern of sexual violence in Rwanda shows that acts of rape and sexual mutilation were not accessory to the killings, nor, for the most part, opportunistic assaults. Rather, according to the actions and statements of the perpetrators, as recalled by survivors, these acts were carried out with the aim of eradicating the Tutsi. Taken as a whole, the evidence indicates that *many rapists expected, consequent to their attacks, that the psychological and physical assault on each Tutsi woman would advance the cause of the destruction of the Tutsi people*” (HRW, 1996, p. 22 – grifo meu).

Assim como na ex-Iugoslávia, a violência sexual foi usada também para permitir que essas mulheres ficassem vivas simbolizando uma mensagem aos tutsis remanescentes e dificultando a coesão e reprodução social desse grupo, ou seja, garantindo a sua eliminação no futuro⁷⁸.

No genocídio de Ruanda, o discurso mais disseminado da mulher como agente mais direta e sua atuação pela sedução perpetuou um ódio mais direto a esse grupo de modo que não se tornou viável uma política de gravidez forçada, ao contrário da Bósnia em que as mulheres eram vistas como mero receptáculo biológico ou “sexual containers” (Allen, 1996, p. 97), capazes apenas de transmitir a etnia do pai do bebê. Apesar de a etnia em Ruanda ser patrilinear, assim como ocorria na ex-Iugoslávia, a idéia de que essas mulheres tinham filhos para atuar na causa da FPR, construiu o discurso de que, ainda que o pai do bebê fosse Hutu, aquele bebê não era completamente Hutu, mas metade Tutsi, ou seja, parte da população inimiga. Nesse sentido, afirma o relatório de 1999: “Some killers urged eliminating Tutsi women because, they said, they would produce only Tutsi children, regardless of the ethnic group of their husbands” (Des Forges, 1999, p. 228). De acordo com o relatório de 1996: “it (the propaganda) said if she (Tutsi woman) gives you a good child, the child is not really for you - the child is really for her Tutsi brothers (HRW, 1996, p. 12). Com o andamento do genocídio, esse mesmo repúdio às mulheres Tutsis e o fato de que grande parte dos homens tutsis já havia sido aniquilado, contribuiu para que elas também fossem perseguidas e mortas, assim como havia ocorrido com os homens nos meses anteriores (Des Forges, 1999, pp. 227 e ss.; Baines, 2003, p. 487; Jones, 2004b).

A perseguição de mulheres Tutsis ao final do genocídio e a não utilização da gravidez forçada como um instrumento de genocídio são diferenças encontradas entre os genocídios da Bósnia e da ex-Iugoslávia em função da combinação do discurso genocida com a construção da imagem da mulher em cada um desses cenários. Ou seja, a construção do gênero não produz efeitos idênticos e universais em contextos de genocídio e na mente do perpetrador, mas

⁷⁸ Cabe destacar ainda que havia, durante a execução desses estupros em Ruanda, o uso intencional de estupradores portadores do vírus HIV com o objetivo de infectar as vítimas, o que também demonstra a intenção de destruição do grupo inimigo por parte do perpetrador. A disseminação do HIV buscava prolongar a morte e o sofrimento das vítimas, assim como permitir a disseminação do vírus e, conseqüentemente, a destruição do grupo (Jones, 2004b, pp. 123 e ss.).

depende de como as construções de masculinidades e feminilidades irão atuar conjuntamente com o discurso identitário local. Todavia, é possível identificar que, apesar de alguns pontos de diferença, as identidades de gênero informam a atuação do perpetrador.

Vale notar ainda que a violência sexual pode ser cometida tanto contra homens quanto contra mulheres como bem demonstrou o caso da ex-Iugoslávia. No caso de Ruanda, contudo, poucos são os relatos de violência sexual contra homens, que geralmente era perpetrada por meio de práticas de castração (Taylor, 1999, p. 140), ou empalamento (Taylor, 1999, p. 137). No entanto, não se tem notícias sobre a utilização desse tipo de violência de maneira sistemática e/ou em larga escala.

Apesar de também serem vítimas desse tipo de violência, no caso do conflito da ex-Iugoslávia, esse padrão de perpetração contra homens e meninos não era sistemático como no caso das mulheres, ocorrendo apenas em campos de concentração comuns contra prisioneiros, e não de maneira tão pública e como uma política oficial com objetivos tão delineados. Nesse sentido, reconheceu Allen, ainda à época do conflito:

“men are raped sporadically in concentration camps (...). Bosnian Herzegovinian and Croatian women and girls are raped systematically in rape/death camps, sometimes within the confines of concentration camps, often elsewhere” (Allen, 1996, 120-121)

Ainda que tivesse ocorrido sistematicamente, a existência da violência sexual contra homens não enfraqueceria a análise acerca da utilização desse tipo de violência contra mulheres. Isso porque o uso da violência sexual contra homens está calcado nas mesmas pressuposições de gênero que motivam o uso da violência sexual contra a mulher: como instrumento de afirmação de poder e da masculinidade hegemônica do perpetrador (Alison, 2007, p. 81) e para o enfraquecimento do grupo do qual a vítima faz parte. Voltaremos a esse ponto mais adiante.

A construção de gênero, portanto, influenciou a percepção dos perpetradores acerca de expectativas, papéis, características e comportamentos e informou a sua ação a partir da utilização das violências contra o gênero calcadas em expectativas de masculinidades e feminilidades. Em ambos os contextos aqui analisados, a construção do discurso de alteridade não pode privilegiar apenas a

análise da identidade étnica/nacional/racial/etc., mas deve incorporar construções de gênero para entender de maneira mais completa a atuação dos perpetradores. No próximo capítulo verificaremos como essas construções interagem no genocídio de Darfur.

3.3

A inserção do gênero nos estudos de genocídio

Os casos de violência contra o gênero na Bósnia e em Ruanda demonstram como a construção social de gênero interage com a construção da identidade da vítima e deve ser trazida para as análises de segurança, em geral, e para os estudos de genocídio, em particular, para que se entenda de que forma o gênero afeta a segurança de alguns grupos de maneira específica nesses contextos.

Ao analisar o conhecimento produzido a partir desses eventos, é possível perceber a existência de dois tipos de literatura que incorporam o gênero nas análises de genocídios. O primeiro tipo destaca a perpetração da violência sexual nesse tipo de conflito, especialmente contra mulheres e meninas. Sua análise, portanto, apesar de representar importante contribuição acadêmica ao iluminar como as relações de gênero se manifestam nesse ambiente, reduziu a análise da violência contra o gênero à perpetração da violência sexual. O segundo tipo de literatura reconhece as limitações supramencionadas ao entender que homens e meninos podem ser vítimas de outro tipo de violência contra o gênero em função das mesmas construções que afetam as mulheres: os massacres seletivos.

Tendo isso em vista, a próxima seção se destinará a verificar como os dois tipos de literatura contribuíram para a construção do conhecimento sobre os genocídios e devem se complementar para a formação de um conhecimento mais amplo acerca da relação entre gênero, intersubjetividade e violência nesses cenários.

3.3.1 Análises da violência sexual nos genocídios

O primeiro tipo de literatura dominou as análises de gênero acerca desses dois genocídios por meio da produção de diversos artigos e livros que analisam como mulheres e meninas foram afetadas de maneira especial durante os genocídios a partir da utilização do estupro como arma de guerra.

De fato, conforme foi apontado anteriormente, o estupro foi sistematicamente utilizado para intimidar, humilhar e destruir o inimigo, tanto física quanto psicologicamente, funcionando como um elemento desestabilizador das populações afetadas e espalhando o terror e o medo no seio desse grupo. Havia, portanto, um plano político deliberado que combinava construções e expectativas de gênero com a identidade do inimigo.

As contribuições de gênero reconheceram a peculiaridade desse tipo de violência em contextos de genocídio, mas se dividiram em três abordagens, conforme aponta Inger Skjelsbaek: a essencialista, segundo a qual todas as mulheres são igualmente afetadas pela violência sexual; a estruturalista, que aponta que algumas mulheres são mais afetadas em função da interseção do gênero com outras identidades (etnia, religião, etc.) e a pós-moderna⁷⁹, que entende a violência sexual como manifestação de relações de poder, que podem afetar homens e mulheres (Skjelsbaek, 2001, pp. 214 e ss.).

A abordagem essencialista afirma que o estupro em genocídios é apenas uma mera extensão do estupro que ocorre recorrentemente em tempos de paz. A violência sexual consistiria, portanto, na manifestação das relações de poder patriarcais, ou seja, em que os homens, de modo geral, buscam afirmar o seu poder por meio da submissão de toda e qualquer mulher (Skjelsbaek, 2001, pp. 214 e ss.).

Segundo essa perspectiva, o estupro pode afetar as mulheres de todas as partes do conflito em virtude de sua identidade como mulher (Copelon, 1994, 198), ou seja, todas as mulheres estão igualmente submetidas à possibilidade de

⁷⁹ Skjelsbaek nomeia essa terceira de vertente de construtivista social, mas afirma que a teorização relativa a essa corrente está baseada em conceitualizações pós-modernas do gênero (Skjelsbaek, 2001, p. 215). Dessa forma, por considerar que a nomenclatura fornecida pela autora pode causar certa ambigüidade teórica o nome dessa terceira vertente foi modificado para convergir de maneira mais adequada aos preceitos teóricos a ela relativos.

serem violentadas. Segundo Susan Brownmiller, o corpo das mulheres se torna, nesses ambientes, o campo de batalha de uma guerra realizada entre homens. Dessa forma, os homens são vistos como os perpetradores de uma violência a qual qualquer mulher pode ser submetida e o estupro da mulher significa a conquista simbólica do território do “outro” (Brownmiller, 1994, p. 181). Conforme defende a autora:

“(...) Balkan women, whatever their ethnic and religious background, and in whatever fighting zone they happen to find themselves, have been thrust against their will into another identity. They are victims of rape in war”. (Brownmiller, 1994, p. 180).

O estupro genocida, para essas autoras, só se diferencia na intensidade com que ocorre e algumas, inclusive, se tornam céticas a respeito dessa diferenciação entre estupro “regular” *versus* estupro genocida, uma vez que tal distinção pode reforçar a divisão artificial entre público e privado, minando a politização do primeiro tipo de estupro (Copelon, 1994). Dessa forma, durante os genocídios haveria apenas uma intensificação nas divisões de gênero que se tornam mais polarizadas em função do estímulo à identidade militarizada do homem (Skjelsbaek, 2001, p. 216-7). Essa configuração tornaria mais propenso o uso desse tipo de violência ao “manifestar a identidade militar maculinizada do perpetrador” (Ibid., p. 217).

Inger Sjkelsbaek identifica corretamente que o principal problema dessa abordagem está no fato de que elas não conseguem explicar o porquê de algumas mulheres (como as bósnias ou as tutsis) terem sido submetidas com muito mais frequência a esse tipo de violência do que as demais (Sjkelsbaek, 2001, p. 218). Ademais, trata-se ainda de uma abordagem deficiente por reificar a imagem do homem como perpetrador/violento e da mulher como vítima/pacífica.

A concepção estruturalista, por sua vez, reconhece que a estrutura patriarcal por si só não consegue explicar a dinâmica da violência sexual nos genocídios. Ela interage com a construção identitária formulada pelo perpetrador acerca de quem é o inimigo. Assim, há uma interação entre patriarquia e a identidade (étnica, racial, religiosa, etc.) do grupo perseguido (Sjkelsbaek, 2001, p. 218). Sjkelsbaek afirma que essa vertente possui uma compreensão mais complexa e precisa sobre o funcionamento da estrutura patriarcal que, nos genocídios, não funciona como a simples imposição de poder sobre as mulheres

de modo geral, mas sim sobre as mulheres de um grupo específico (Sjkelsbaek, 2001, p. 218). Ao reconhecerem que as mulheres de uma coletividade são violentadas por homens de outro grupo, essa abordagem consegue perceber a conexão do estupro com o objetivo político de destruir uma determinada coletividade (Sjkelsbaek, 2001, p. 223).

Foi justamente ao perceber essa questão que Beverly Allen e Catherine MacKinnon passaram a se referir a um tipo específico de estupro, denominado “estupro genocida”. Trata-se de uma estratégia política para aterrorizar e humilhar a população civil, deslocando-a, assim, de regiões do interesse do perpetrador, no curto prazo, e obstaculizando sua reprodução e, conseqüentemente, a existência desse grupo, no longo prazo (Allen, 1996). O estupro genocida se diferencia de outros tipos de estupro pela existência de uma política oficial que comanda a perpetração de tais atrocidades para um fim político com fins de destruição de uma população específica (Allen, 1996).

MacKinnon⁸⁰ identifica, assim, o estupro genocida como uma política deliberada em que *homens* de um grupo cometem contra *mulheres* de outro grupo por razões específicas (MacKinnon, 1994, p. 188), já que esse tipo de violência é voltado não apenas para a vítima, mas para a sua coletividade. Nas palavras de MacKinnon:

“This is not rape out of control. It is rape under control. It is also rape unto death, rape as massacre, rape to kill and to make the victims wish they were dead. It is rape as an instrument of forced exile, rape to make you leave your home and never want to go back. It is rape to be seen and heard and watched and told to others: rape as spectacle. It is rape to drive a wedge through a community, to shatter a society, to destroy a people. It is rape as genocide” (MacKinnon, 1994, p. 190).

Essa estratégia interage com a estrutura patriarcal local, segundo a qual as mulheres são construídas geralmente como seres subordinados e frágeis, que devem ser protegidos pelos homens de seus grupos. A estrutura patriarcal já existente, no entanto, funciona como um fator facilitador (e não determinante por si só) do uso da violência sexual contra a mulher. Nas palavras de De Londras:

“(...) the predominance of sexual violence against women does not come from nowhere, it does not spontaneously arise. In fact, this method of treating women

⁸⁰ Em sua sistematização acerca das abordagens sobre estupro e conflitos, Sjkelsbaek insere Catherine MacKinnon como uma autora essencialista. Todavia, tendo em vista que a autora entende e aceita a peculiaridade dos estupros genocidas, bem como defende que algumas mulheres estão mais expostas a esse tipo de violência do que outras, ela se insere mais adequadamente, a nosso ver, no grupo estruturalista.

could not come to light were there not already a practice of perception of women as being subordinate, sexualized, weak and possessed” (De Londras, 2005, p. 6 – grifo no original).

Tendo em vista que nessas sociedades a mulher é construída como pura, maternal e reprodutora do grupo, o estupro tem a função de contaminar a honra da vítima, de sua família e de seu grupo. Nesse tipo de estrutura social, a utilização do estupro em larga escala, afeta o tecido social que o conecta, uma vez que suas mulheres passam a ser marginalizadas e rejeitadas por seus membros, afetando a reprodução do grupo como um todo.

Ao traumatizar a vítima física e psicologicamente, a violência sexual também funcionava como um impedimento à reprodução e à perpetuação da coletividade vitimizada como um todo. O estupro genocida afeta a reprodução “because it makes the survivors damaged goods in a patriarchal system that defines woman as man’s possession and virgin women as his most valuable asset” (Allen, 1996, p. 96). Nesse contexto, a violência sexual demonstra a intenção e a necessidade de afetar a reprodução do “Outro” para alcançar a sua destruição.

Uma vez que a mulher é o símbolo de reprodução daquela comunidade (Seifert, 1994, p. 62), o genocídio de um grupo deve afetar a sua capacidade reprodutora. Nas palavras de Fein:

“Reproduction serves to continue the group: genocide to destroy it. Thus, perpetrator of genocide must either annul reproduction within the group or appropriate the progeny in order to destroy the group in the long run” (Fein, 1999, p. 43)

Além do elemento de reprodução, a perpetração em massa desse tipo de violência funciona como um ataque à coletividade como um todo, já que os homens são vistos como os responsáveis pela segurança da mulher.

Por fim, é possível perceber que essa corrente propiciou um melhor entendimento das zonas de conflito genocida ao apontar como as mulheres de alguns grupos estão mais propensas a sofrer esse tipo de violência (Skjelsbaek, 2001, p. 223). Todavia, concordamos com a crítica de Skjelsbaek de que essa literatura continuou enfatizando apenas o sofrimento das mulheres, assim como a vertente essencialista. Conseqüentemente, ambas as correntes são incapazes de

explicar como homens e meninos também podem ser afetados por esse tipo de violência (Ibid)⁸¹.

Ao politizar a violência contra o gênero durante os genocídios, foi possível perceber que a utilização da violência sexual foi produto político de construções específicas que combinaram identidades de gênero com a construção do inimigo a ser perseguido. Há, no entanto, por parte da literatura supracitada apenas a politização dos crimes contra as mulheres, ou seja, as violências contra os homens não eram problematizadas. O silenciamento acerca dessas vitimizações ocorre apesar de essa literatura apontar frequentemente que homens e meninos eram principais vítimas de execuções sumárias, constituíam a maior parte da população de campos de encarceramento e até mesmo eram submetidos de maneira mais esporádica a atos de violência sexual⁸². No entanto, em momento algum há a problematização dessa escolha do perpetrador e tal abordagem não consegue explicar por que isso ocorre. Assim sendo, os episódios de seleção de homens e meninos para o massacre são narrados, mas não são objeto de escrutinização nem conseguem ser explicados, justamente porque essas análises de gênero se limitam à vitimização feminina e reduz a violência contra o gênero à violência sexual.

⁸¹ A utilização do gênero como sinônimo de mulher/feminino pode ser detectado, por exemplo, quando Lentin afirma:“(b)ecause women bear the next generation of a collectivity, they are put *uniquely at risk* as members of a group targeted as ‘racially’ inferior. Taking into account the construction of *women* as ethnic and national subjects, the definition of genocide must be gendered (...)” (Lentin, 1997, p. 2 – grifo meu).

Apesar de reconhecer explicitamente que “military violence often affects the sexes in gender-specific ways” (Sharlach, 1999, p. 390) e que “men comprised more of the casualties than women” (Idem, p. 393), Sharlach, por sua vez, insere a análise do gênero no genocídio de Ruanda olhando apenas para as mulheres como vítimas e agentes de violência. Como resultado, sua abordagem não reconhece quais os efeitos das identidades de gênero para o sexo masculino nem problematiza por que apenas homens e meninos foram perseguidos nos primeiros momentos do genocídio.

Baines, em sua análise, aponta como o Estado ruandês articulou a imagem da mulher para disciplinar o seu corpo como o bem da nação, definindo o seu papel como mãe/esposa e como reprodutoras culturais e biológicas do grupo. (Baines, 2003, p. 484). Apesar de afirmar que as mulheres passaram a ser perseguidas apenas após grande parte dos homens e meninos já terem sido aniquilados (Idem, p. 487), Baines não insere o caráter relacional da construção das masculinidades e como esse aspecto legitimou também a execução de homens e meninos.

A intenção dessas autoras –e sua grande contribuição– foi mostrar como o gênero está inserido nas dinâmicas dos genocídios, apontando assim que o estupro não é uma violência espontânea ou inevitável nesses contextos, mas sim uma política deliberada baseada em construções de gênero pré-existentes e que serviam ao propósito não apenas de subordinar as mulheres diretamente afetadas por esses atos, mas sim a sua comunidade como um todo (Zalewski, 1995). Essas contribuições inseriram o gênero nas análises desse crime, que até então era analisado tão somente a partir de perspectivas “neutras” de gênero, que negligenciavam os efeitos dessas construções. Contudo, essa corrente não explica como o gênero se aplica às violências contra o gênero das quais homens e meninos foram alvos.

⁸² Nesse sentido ver, por exemplo, Stiglmayer, 1994, p. 87; Allen, 1996, p. 78 e 96

A vertente pós-moderna supera essas dificuldades ao reconhecer que, apesar de as mulheres de um grupo determinado serem mais atacadas do que os homens, eles também podem ser alvos em função das mesmas construções de gênero que desfavorecem mulheres e meninas (Sjkelsbaek, 2001, p. 226).

Para essa vertente, a violência sexual está baseada em pressuposições de poder e dominação. As outras abordagens, por tomarem a estrutura patriarcal como dada/fixa, conseguem olhar apenas para a relação homem-dominador e mulher-oprimida. Já os pós-modernos, destacam que essa dominação não está baseada em uma, mas sim em múltiplas construções de masculinidades e feminilidades que se articulam em termos hierárquicos por meio de uma estrutura fluida e mutável que precisa de performances para se manter e funcionar como uma estrutura (Sjkelsbaek, 2001, p. 224). Conforme argumenta Alison: “not only is ‘masculine’ contrasted to the ‘feminine’ *within* a group and ‘us’ contrasted to ‘them’ *between* groups, but ‘our women’ are contrasted with their ‘women’ and ‘our men’ to their men” (Alison, 2007, p. 80).

Outro ponto importante é que as construções de masculinidades e feminilidades não são fixas, nem possuem características inerentes. Todavia, as masculinidades, especialmente a masculinidade tida como hegemônica, tendem a se posicionar como posição de poder em relação ao feminino. De acordo com Hague:

“masculinities are not unequivocally powerful or inherently violent: power relations depend on contextual and circumstantial factors. However, masculinities can generally be equated with power-holding and the subordination of the femininities” (Hague, 1997, p. 53).

Tendo em vista que a sociedade se encontra organizada a partir de pressupostos de que características ligadas à masculinidade são hierarquicamente superiores do que aquelas ligadas à feminilidade, a violência sexual atua como elemento de comunicação de força e poder, subjugando e feminizando o grupo-alvo como um todo. É justamente em função dessas construções hierárquicas da masculinidade *versus* feminilidade que a violência sexual humilha, enfraquece e feminiza a coletividade atacada (Hansen, 2001, p. 56). Conseqüentemente, os Bósnios e os Tutsis eram marcados como um grupo inferior dotado de “lutadores inadequados e, portanto, incapazes de realizar suas tarefas “de homem” como proteger a nação” (Hague, 1997, p. 56), suas mulheres ou até mesmo a si próprios.

A identidade do perpetrador passa então a ser afirmada como dominante e hierarquicamente superior e o “outro” torna-se inferior, desprezível e passível de tratamentos violentos.

A violência sexual consiste, portanto, em um mecanismo de afirmação de poder e masculinidade de um grupo em que a identidade do perpetrador é hierarquicamente posicionada por meio desse tipo de violência, gerando um sentimento de humilhação no grupo-vítima. É justamente em função disso que esses atos são públicos e coletivos, realizados na frente de parentes, vizinhos e toda a comunidade das vítimas para aumentar o sentimento de inferioridade.

Assim sendo, o perpetrador busca com sua violência comunicar a sua dominação e a subordinação do grupo-alvo a partir de construções de gênero (Hague, 2007, p. 50). De acordo com essa perspectiva, as violências contra o gênero estão baseadas em relações de poder e masculinidade hegemônica para subjugar a vítima, seja ela homem ou mulher, bem como o seu grupo, em geral (Hague, 2007, p. 51).

A violência sexual contra homens ocorre, portanto, em função das mesmas construções de gênero que afetam as mulheres, sendo utilizada para reforçar a dominação do perpetrador e incutir na vítima e na sociedade da qual ela faz parte um sentimento de fragilidade e humilhação. Desse modo, o homem que sofreu a violência sente-se despedido de sua masculinidade perante a si mesmo, ao perpetrador e à sua sociedade. Já no nível comunitário, a violência sexual é uma forma de comunicar a seus membros o poder do perpetrador, de espalhar o medo e a sensação de vulnerabilidade (Sivakumaran, 2007, p. 269).

Nesse sentido, a violência sexual busca afetar as construções de gênero, afirmando o empoderamento do perpetrador e a subordinação/feminização da vítima, independentemente de o fato envolver dois corpos masculinos. A idéia de que esse tipo de violência manifesta poder e da dominação se confirma, nesse caso, pois mesmo envolvendo dois homens, a imagem do perpetrador não é contestada como homossexual e, sim afirmada como uma masculinidade hegemônica/heterossexual e apenas a vítima é marcada como menos masculina (Sivakumaran, 2005; 2007).

Os atos de castração também atuam simbolicamente como uma emasculação da vítima e de seu grupo, demonstrando a masculinidade

hegemônica e a dominação do perpetrador em relação ao grupo-alvo. De acordo com Zarkov:

“the castration of a single man of the ethnically defined enemy is symbolic appropriation of the masculinity of the whole group. Sexual humiliation of a man from another ethnicity is, thus, a proof not only that he is lesser a man, but also that his ethnicity is a lesser ethnicity. Emasculation annihilates the power of the ethnic Other by annihilating the power of its men’s masculinity”. (Zarkov, 2001, p. 78)

É importante destacar, no entanto, que ao examinarmos nesse trabalho a mulher como vítima da violência sexual nos genocídios, não se busca com isso reforçar o papel das mulheres como as únicas vítimas desse tipo de violência, negando que homens possam ser também afetados. A ênfase das mulheres com relação à violência sexual se deve ao fato de que estamos trabalhando a partir dos padrões principais de atuação do perpetrador que ocorrem de maneira *sistemática e em larga escala* nesses contextos, conforme a construção que ele faz dos grupos-alvos. É em função disso que a violência sexual contra homens e meninos não fará parte da análise ora desenvolvida.

Por fim, essa última perspectiva consegue ser mais completa, ao reconhecer a interseção entre o gênero e a identidade do grupo-alvo, confirmando que as mulheres de um determinado grupo são mais propensas a sofrer ataques de violência sexual do que outras, sem deixar de incorporar a existência de vítimas masculinas em função dessas mesmas construções (Sjkelsbaek, 2001, p. 226).

Em suma, ao ser estrategicamente utilizada em um genocídio, esse tipo de violência tem uma conexão direta com o objetivo do perpetrador de destruir o grupo-alvo. Além de suas conseqüências em curto prazo, como a dispersão da população, o uso da violência sexual como mecanismo genocida possui o efeito de impossibilitar a existência do grupo no longo prazo ao debilitar e corroer o tecido social do grupo.

Durante o julgamento do caso *Akayesu*⁸³ pelo Tribunal Penal Internacional para Ruanda (TPIR), a violência sexual foi finalmente considerada como um ato de genocídio, apesar de não estar expressamente prevista pelo rol do artigo II da convenção de 1948. Ao considerar que o estupro pode contribuir para a destruição

⁸³ Jean-Paul Akayesu era prefeito de Taba e foi responsável por supervisionar, organizar e incitar massacres e violências sexuais no local.

do grupo ao debilitá-lo de tal forma que o deixa incapaz de perpetuação ou à margem da sociedade, o TPIR decidiu que a violência sexual pode funcionar como um caso de “lesão grave à integridade de física ou mental de membros do grupo”, conforme previsto pela a alínea b, do art. II da Convenção de 1948 (Schabas, 2000, pp. 163 e ss.). De acordo com o Tribunal:

“rapes resulted in physical and psychological destruction of Tutsi women, their families and their communities. Sexual violence was an integral part of the process of destruction, specifically targeting Tutsi women and specifically contributing to their destruction and to the destruction of the Tutsi group as a whole” (Prosecutor v. Akayesu, Case No. ICTR-96-4-T, Judgment ¶ 731, 1998, *apud* Haffajee, 2006, p. 207).

Ademais, outros tipos de violência sexual como a mutilação sexual e a castração, por exemplo, podem ser considerados como atos de genocídio por atuarem ainda como “medidas para impedir nascimentos no seio do grupo”, ato previsto pela alínea “d” da mesma convenção (Schabas, 2000, p. 174).

A inserção do gênero por meio dos estudos acerca da perpetração da violência sexual durante os genocídios permitiu a ampliação do conceito de segurança internacional. Esse tipo de violência deixou de ser vista como uma questão privada, como uma consequência “normal” desses conflitos ou como mero efeito colateral da violência e passou a ser politizada e considerada objeto de segurança (Koo, 2002, p. 534). Contudo, as contribuições acima, especialmente a essencialista e a estruturalista, nos proporcionam apenas uma narrativa parcial, que silencia outros tipos de violência contra o gênero cujos alvos são majoritariamente homens.

É necessário destacar que, apesar de acima termos minuciado a percepção pós-moderna apenas quanto à violência sexual, vale notar que essas mesmas construções de gênero relativas à perpetração da violência sexual são fundamentais para analisar outros tipos de violência contra o gênero, conforme veremos a seguir⁸⁴. Dessa forma, precisamos de um entendimento mais amplo sobre a dinâmica do gênero para entendermos de fato como se dá a relação entre gênero, intersubjetividade e violência nos genocídios.

⁸⁴ A separação da análise pós-moderna/ pós-estruturalista da violência sexual e dos massacres seletivos se deve apenas a uma divisão analítica desse trabalho e não em uma distinção teórica entre os dois tipos de análise.

3.3.2

Análises inclusivas de gênero: a perpetração dos massacres seletivos contra homens e meninos

Percebendo que a redução das análises de gênero à vitimização feminina e à violência sexual conta apenas parte do problema, alguns autores resolveram destacar como homens e meninos também podem ser afetados por essas mesmas construções de gênero durante os genocídios. Essa nova abordagem destaca um outro tipo de violência contra o gênero até então não problematizado: os massacres seletivos contra o sexo masculino.

O precursor das análises de gênero voltadas para esse tipo de massacre foi Adam Jones. Assim como Fred Halliday havia anteriormente classificado as mulheres como “sujeitos ausentes das Relações Internacionais” (1999), Jones, por sua vez, declarou os homens como sujeitos ausentes das análises de gênero. De acordo com o autor, as análises feministas das violências contra o gênero estavam limitadas “por seus compromissos normativos”⁸⁵ de trabalhar a partir e em função das mulheres (Jones, 1994, p. 114)⁸⁶.

Dessa forma, a literatura feminista, ao reduzir o gênero a questões de mulher/feminilidade, produziu algumas conseqüências não-intencionais para a discussão acerca do gênero nos conflitos. Havia, portanto, a necessidade de uma abordagem mais inclusiva que considerasse também como tais construções afetavam o sexo masculino (Jones, 1994, p. 115 e 116) e não apenas por atos de violência sexual, mas também por outros tipos de violência contra o gênero que não estavam sendo discutidas até então.

Durante o conflito na Bósnia, o fato de mulheres e meninas formarem a maioria dos refugiados e de comporem a maior parte dos evacuados pelas organizações internacionais chamou a atenção de Jones para o fato de que os homens bósnios geralmente não conseguiam escapar das zonas de guerra. Antes mesmo da queda de Srebrenica, em 1995, Jones destacou:

“At the time of writing (April 1993), for example, the news from Bosnia centres on protracted attempts to secure the evacuation of civilians from the besieged town of Srebrenica. Convoys of truck have evacuated women , children and old

⁸⁵ Tradução livre.

⁸⁶ Conforme já destacado no capítulo anterior, esse compromisso se deve ao fato de que “feminism, unlike non-feminist postmodernism, is not merely a contemporary development in the sociology of knowledge, but is embedded in rich and varied history of women’s struggle and women theorizing from the experience of struggle” (True, 1996, p. 211).

people, but the Serbian requirement that no males with combat potential be carried out overland has been respected – as a glance at photographs of the evacuation convoys make clear” (Jones, 1994, p. 124).

Por que os perpetradores faziam uma discriminação entre mulheres, crianças e idosos *versus* homens e meninos? Segundo Jones, o gênero parecia compor uma construção determinante para definir a seleção daqueles que comporiam os encarcerados ou executados. Tendo isso em mente, o autor percebeu que “the *option* or *ability* to flee seems to be open disproportionately to women (along with children and the elderly)” (Idem, p. 119 – grifo no original).

Nesse sentido, ele detectou a existência de uma seletividade de mão-dupla nos padrões de vitimização em zonas de conflito. As violências sofridas por mulheres e meninas - como o estupro e a deportação - ocorriam juntamente com outros tipos de violência contra o gênero que se destinavam a homens e meninos (Ibid., p. 121). Conseqüentemente, os homens adultos e adolescentes compunham de maneira desproporcional as populações encarceradas e executadas e, conseqüentemente, estavam representados em menor proporção nas populações refugiadas (Ibid., p. 124).

Tendo em vista a importância do gênero durante os casos de genocídio, Jones resgatou o conceito de generocídio (*gendercide*), termo criado em 1985 por Mary Anne Warren, que definiu o generocídio como “o extermínio deliberado de uma pessoa de um determinado sexo”⁸⁷ (Warren, 1985, p. 22). Nas palavras da autora:

“Other terms, such as “gynocide” and “femicide”, have been used to refer to the wrongful killing of girls and women. But “gendercide” is a sex-neutral term, in that the victims may be either male or female. There is a need for such a sex-neutral term, since sexually discriminatory killing is just as wrong when the victims happen to be male. The term also calls attention to the fact that gender roles have often had lethal consequences, and that these are in important respects analogous to the lethal consequences of racial, religious, and class prejudice”. (Warren, 1985, p. 22)⁸⁸

Dessa forma, a intenção de Jones⁸⁹ era ampliar o foco dos estudos de gênero nos genocídios de modo a demonstrar que os homens podem ser

⁸⁷ Tradução livre.

⁸⁸ Esse trecho também é citado por Jones, 2004a.

⁸⁹ Teoricamente, essa também era a intenção de Warren. No entanto, conforme aponta Jones, apesar da intenção inicial da autora, na prática, o seu livro se dedicou tão somente à análise de casos de generocídio contra mulheres e meninas como o infanticídio de meninas, o sacrifício de

especialmente afetados por massacres seletivos de sexo (“sex-selective killings”) nesses episódios. Com base nisso, Jones e outros autores (Carpenter 2006a, 2006b; Holter, 2004) por ele inspirados defendem que:

“the most vulnerable and consistently targeted population group, throughout time and around the world today, is noncombatant men of ‘battle age’, roughly fifteen to fifty-years old. They are nearly perceived as the group posing the greatest danger to the conquering force, and the group most likely to have the repressive apparatus of the state directed against them (...). Unlike their armed brethren, these men have no means of defending themselves and can be detained and exterminated by the thousands or millions” (Jones, 2004a, p. 10).

Conforme apontam esses autores, os homens em idade de combate tendem a ser as maiores vítimas desse tipo de massacre em função da percepção de que o componente masculino do grupo rival é o que representa a parcela de resistência física e política existente - ou em potencial - aos objetivos políticos do perpetrador (Jones, 1994, p. 124; Jones, 2004a; Carpenter, 2006b; Holter, 2004). Ou seja, os *génocidaires* tendem a masculinizar a figura do inimigo, o que acarreta uma identificação dos homens como possíveis combatentes e, em função disso, eles se tornam suas vítimas preferenciais.

De acordo com Holter, na perspectiva dos genocidas “(a)ny male is potentially dangerous” (Holter, 2004, p. 65). Em contrapartida, mulheres e crianças, em virtude de sua construção como subordinados/frágeis, são vistos como uma parcela menos nociva da população inimiga (Carpenter, 2006b).

Charli Carpenter argumenta que os estereótipos de gênero afetam a atuação tanto dos perpetradores como também a conduta das organizações internacionais na distribuição de ajuda humanitária. Segundo a autora, nesses conflitos, o gênero e o sexo são utilizados como “variáveis *proxy*” para aferir a qualidade de civil *versus* combatente (Carpenter, 2006b). Nesse sentido, a proteção dos civis, tanto por parte dos perpetradores como por parte das organizações internacionais, tendem a se basear em pressuposições automáticas de mulheres e crianças como civis inocentes e de homens entre aproximadamente 16 e 60 anos como combatentes. Nesse sentido, mulheres e crianças tendem a ser mais poupados pelos perpetradores em função da percepção de que não representam ameaça significativa na configuração do conflito. Em função da

viúvas e a perseguição de bruxas (Jones, 2004a). Além do foco nas mulheres, não se descarta aqui a polêmica sobre se esses casos podem ou não representar genocídio. Voltaremos a esse ponto

mesma pressuposição, esses grupos também tendem a ser alvos preferenciais da assistência gerada durante e após os conflitos⁹⁰.

A masculinização da figura do inimigo, vale destacar, está estreitamente relacionada às construções de gênero presentes no Estado moderno e que atuam tanto em tempos de “guerra” quanto de “paz”. O Estado, conforme vimos no capítulo anterior, organiza e perpetua as relações de gênero ao hierarquizar o masculino em detrimento do feminino, socializando homens e mulheres em papéis diferenciados, que se dicotomizam ainda mais nas zonas de guerra. Fora dos conflitos armados, o gênero atua excluindo as mulheres da esfera política, reforçando a sua imagem como restrita ao lar, ao lado maternal e reprodutor. Tal situação, conseqüentemente, funciona como uma violência estrutural e impede a sua participação na esfera pública. Nesse contexto, é essencial a atuação do conhecimento desenvolvido pela teoria feminista para permitir a desconstrução dessas estruturas opressoras.

Em tempos de violência direta, essa construção de gênero também atua de modo a vitimizar mulheres e meninas em ataques de violência sexual justamente em função das expectativas de gênero que regem a construção da dicotomia de poder entre o masculino e o feminino. Além disso, a imagem que hierarquiza o homem como o protetor, o garantidor da existência do grupo e detentor da força física acaba fazendo com que esses homens sejam os primeiros alvos de massacres, pois é a eles que se faz necessário aniquilar, se o objetivo é minar a força de resistência do grupo-rival.

Nesses contextos, a figura do combatente é reforçada dentro do escopo discursivo que articula características ligadas a construções de masculinidade (força, coragem, violência, racionalidade) criadas em oposição a construções de feminilidade (fragilidade, medo, passividade, emoção) (Fierke, 2007, p. 58). De acordo com Fierke, “the gendering of masculine soldiers (combatants) goes hand in hand with the feminine gendering of enemies” (Ibid.). Isso porque o militarismo e a guerra, no Estado moderno, estão relacionados com uma construção de masculinidade hegemônica (segundo a qual o *homem* combatente

posteriormente.

⁹⁰ Essa preferência, conforme demonstra Carpenter, ficou evidente no genocídio de Srebrenica quando a ONU evacuou da área apenas mulheres, crianças e idosos, deixando para trás homens e meninos civis, desarmados, coadunando com uma norma imposta pelos próprios perpetradores (Carpenter, 2006b). Voltaremos a esse ponto adiante.

deve ser forte, agressivo, heterossexual) e com a negação da feminilidade de maneira geral. As expressões militarizadas da violência estão baseadas nesses pressupostos de masculinidade hegemônica nas quais os combatentes estão socializados. A difusão desse modelo se estendeu de tal forma que mesmo guerrilhas ou grupos armados paramilitares passaram a adotar esse modelo em combate.

Como as identidades se constroem por meio de hierarquias, o grupo perpetrador tentará manifestar a sua superioridade e implementará técnicas de perpetração capazes de subordinar a identidade do “Outro” e afirmar a sua masculinidade como hegemônica. A afirmação da masculinidade hegemônica, portanto, vai além da subordinação da mulher, se estendendo ao controle e à subordinação de outros grupos de homens, perpetuando o gênero como uma construção de poder.

Nesse sentido, é possível perceber que há uma construção de gênero que guia o entendimento dos cenários de genocídio. Assim, a construção de gênero masculinizada torna-se um exercício da relação de poder entre rivais. Logo, esses atos são oriundos de um processo de construção identitária informado por construções de militarismo, que é comum aos Estados modernos e que combina gênero e alteridades inassimiláveis com o processo de vitimização (Holter, 2004, p. 63).

No caso da ex-Iugoslávia e de Ruanda, por exemplo, tal imagem se refletia na separação deliberada que os perpetradores realizavam entre homens e mulheres, conduzindo os homens para execuções sumárias, torturas, encarceramento, etc. (Jones, 1994; 2004a; Carpenter, 2006b). Deste modo, os homens eram alvos preferenciais desses massacres em função do objetivo de eliminação de resistência física (que nesses ambientes de confunde como o elemento masculino) à homogeneização identitária buscada pelo perpetrador.

A tendência à vitimização dos homens foi confirmada pelo Relatório de Segurança Humana do Liu Institute for Global Issues, em 2005, que buscou sistematizar dados sobre os genocídios e abusos de Direitos Humanos no pós-Guerra Fria. De acordo com o relatório:

“With the critically important exception of sexual violence, there is considerable evidence to suggest that men, not women, are more vulnerable to the major impacts of armed conflict. Of course, it is not surprising that far more men get killed on the battlefield than women, since they make up the overwhelming majority of

combatants. But case study evidence also suggests that women are less likely to be victims of ‘collateral damage’, and *non-combatant males are more likely to be subject to mass killing than non-combatant females*” (Liu Institute, 2005, p. 102 – grifo meu)

Isso não significa que mulheres e meninas não sejam vítimas de generocídios. Segundo afirma Jones, o generocídio pode afetar especialmente mulheres e meninas em casos de “combined rape and killing, or raping to death”, ou seja, para casos de estupro necessariamente seguidos de morte (Jones, 2004a, p. 11). Contudo,

“such actions, when directed against women, do not seem to be gender-selective. That is, instances of women *being separated from men* and marked off for execution seem virtually unknown – though the reverse is common” (Jones, 1994, p. 120).

Logo, não se observa em nenhum desses casos a ocorrência de uma escolha deliberada de mulheres do grupo para massacres seletivos. Esses massacres parecem ocorrer quando o perpetrador não faz nenhuma diferenciação entre os membros do grupo ou quando homens já estão ausentes porque morreram, fugiram, estão presos ou em combate (Jones, 1994, p. 121).

Das observações do genocídio de Ruanda e da ex-Iugoslávia, Holter e Jones perceberam que o generocídio não está presente sempre da mesma forma. Ele pode acontecer sozinho, ou seja, executando preferencialmente homens e “poupando” mulheres e meninas (que são deportadas, estupradas, etc.). Ou ainda, o generocídio pode servir como um estágio inicial, precedendo um tipo de genocídio mais amplo, classificado como “*root-and-branch genocide*”⁹¹, que ataca a população como um todo, como ocorreu ao final do genocídio em Ruanda (Jones, 2004c; Holter, 2004).

O generocídio contra homens pode preceder um genocídio indiscriminado em função da percepção de que mulheres e crianças são mais inofensivas e representam uma ameaça menor, o que pode, inclusive, gerar uma resistência inicial por parte do executor em exterminá-los⁹².

⁹¹ O termo *root-and-branch genocide* poderia ser traduzido para o português como genocídio de caules e raízes. Trata-se de um termo comumente usado pelas literaturas dos estudos de genocídio para se referir a um tipo de genocídio que tem como alvo todo e qualquer membro de um determinado grupo-vítima. A aniquilação das raízes seria o massacre dos adultos que dão origem aos caules, as crianças que um dia crescerão e se tornarão também uma ameaça (Jones, 2004a).

⁹² Essa resistência pode ser identificada tanto nos relatórios sobre o genocídio de Ruanda, por exemplo, como também em pesquisas realizadas com soldados nazistas que atuaram nas políticas

Assim, homens e meninos em idade de combate parecem ser considerados alvos legítimos de agressão, ainda que sejam civis desarmados (Holter, 2004, p. 63). Ademais, cabe destacar ainda que o generocídio pode ser escolhido como tática porque a morte de homens pode ser facilmente encoberta por uma percepção de combate legítimo e regular entre dois grupos, enquanto o massacre de mulheres e crianças é mais difícil de ser justificado (Holter, 2004, p. 65; Carpenter, 2006b). Isso se deve ao fato de que a morte de homens não é problematizada em si, uma vez que a guerra é construída pelo Estado como uma atividade masculina, que envolve, de um lado, homens combatentes e de outro, não-combatentes, caracterizados comumente nas narrativas de conflitos como mulheres e crianças (Carpenter, 2006b, p. 26).

Logo, são as construções sociais binárias de gênero e os discursos responsáveis por perpetuá-las que naturalizam e fundem a imagem do homem com o masculino (forte, protetor, hierarquicamente superior) em detrimento e em oposição à mulher e ao feminino. Dessa forma, os homens são mortos de maneira preferencial porque ocupam um papel social hierarquizado baseado em relações de gênero pré-existentes. Soma-se a isso a construção discursiva em algumas sociedades (como na ex-Iugoslávia, por exemplo) da identidade patrilinear, ou seja, dos homens como os responsáveis por transmitir a identidade do grupo às gerações posteriores.

Portanto, como o genocídio busca aniquilar a identidade do inimigo, é necessário destruir os homens, que são os responsáveis por perpetuar a identidade inimiga e que representam, ao mesmo tempo, o potencial de força e resistência do grupo (Carpenter, 2006a, p. 89). Essa construção, por sua vez, gera um interesse menor na aniquilação das mulheres (Ibid.). Foi justamente esse pressuposto que guiou a mentalidade do perpetrador tanto na Bósnia quanto nos momentos iniciais do genocídio de Ruanda quando, apenas posteriormente, a mulher Tutsi passou a fazer parte da alteridade inassimilável e, em função disso, passou a ser perseguida.

A inclusão dessa perspectiva de gênero mais abrangente, segundo esses autores, é importante não apenas por destacar como se desencadeia o padrão de

genocidas durante o Holocausto (Jones, 2004). A câmara de gás implementada nos campos de concentração foi, inclusive, um dos mecanismos encontrados pela Alemanha nazista para executar mais facilmente mulheres e crianças, alvos que os perpetradores resistiam em matar por não considerá-los ameaçadores o suficiente (Ibid.).

perpetração, mas também para a prevenção e a contenção dos genocídios em andamento (Holter, 2004, p. 67; Jones, 2004c).

Ao perceber como o gênero se articula com o discurso é possível identificar como mulheres e homens podem ou não ser diferentemente afetados, ou seja, como o gênero está se articulando com estratégias de construção do inimigo.

Por exemplo, na ex-Iugoslávia, a prevenção de grande parte das mortes seria possível se as organizações internacionais tivessem considerado os padrões de vitimização e como a imagem dos homens bósnios muçulmanos estava sendo construída como o inimigo a ser afetado pelos massacres. Essa percepção seria fundamental para que as organizações não concordassem com a diretiva dos perpetradores em separar os homens e meninos do restante da população em Srebrenica (Carpenter, 2006b).

Vale destacar ainda que os estereótipos informados pelas construções sociais de gênero (que colocam o homem como os provedores, a força física e a resistência política do grupo e a mulher como vulnerável, inofensiva e passiva) são capazes de influenciar a atuação do perpetrador, ainda que esses papéis não sejam totalmente condizentes com a realidade (Carpenter, 2006b). Afinal, tanto as mulheres podem atuar em conflitos assumindo papéis de agressor como ficou evidente em Ruanda, ou como tem se mostrado freqüente em relação ao fenômeno das meninas-soldados e das mulheres-bomba, assim como os homens também formam parcela da população civil.

É necessário perceber, portanto, que os perpetradores agem segundo pressuposições essencializadas de gênero e não conforme os papéis que homens e mulheres estão de fato desempenhando nos cenários de genocídio (Ibid.).

Apesar da violência a que esses homens estão expostos, as mortes e as violência sofridas por mulheres e meninas tendem a predominar nas análises e causam mais comoção na mídia e nos trabalhos acadêmicos (Jones, 1994, p. 17; Carpenter, 2004; 2006b). Essa ênfase ocorre apesar de apenas 20% dos homens do mundo inteiro estarem mobilizados como combatentes, ou seja, apesar de a maioria dos homens se encontrar compondo a população civil (Carpenter, 2006b, p. 26). Assim, a pressuposição de que mortes de homens equivalem a mortes de combatentes mascara um padrão de violência contra o gênero contra civis

constante nos genocídios. Conforme confirma o Relatório sobre segurança humana do Liu Institute,

“Amnesty’s (Amnesty International) claim that women ‘bear the brunt’ of collateral damage — civilians who get caught in the crossfire — is unsupported by any global data. In fact, case study evidence suggests that here again males, not females, are the primary victims”. (Liu Institute, 2005, p. 110)

Essa nova abordagem sobre o gênero conseguiu apontar como os homens também podem ser vítimas de inseguranças específicas nesses contextos. Assim sendo, o entendimento do funcionamento do discurso e das percepções dos perpetradores proporciona um aprendizado crucial para as políticas que venham a lidar com sociedades em que há um conflito étnico ou genocídio em potencial, em andamento ou ainda para prevenir o seu ressurgimento e reconciliação no pós-conflito.

3.3.3

A caminho de um novo conceito de generocídio

Este trabalho defende o argumento de Jones de que a incorporação do termo “generocídio” é importante para o debate apresentado por destacar como os papéis definidos pelo gênero podem ter conseqüências fundamentais, semelhantes ao pertencimento a outros grupos, em conflitos como o genocídio (Jones, 2004). Todavia, é necessário fazer algumas ressalvas com relação ao conceito original de generocídio proposto por esses autores.

São dois os problemas que detectamos nesse conceito. Em primeiro lugar, Jones e Warren se utilizam de um conceito muito amplo de massacres genocidas e, em função disso, acabam incorporando violências estruturais como o infanticídio feminino e o sacrifício de viúvas como generocídio⁹³. Em segundo lugar, ambos reduzem o generocídio aos massacres seletivos. Assim, o conceito limita-se a observar como o gênero atua em violências seguidas de morte.

Assim sendo, o conceito de generocídio que propomos aqui é mais amplo e, ao mesmo tempo, mais restrito do que aquele proposto por Jones e Warren. É mais amplo porque inclui diferentes padrões de violência contra o gênero (como o estupro, a mutilação sexual, a masturbação forçada, a nudez forçada e etc.) e não

⁹³ Uma crítica semelhante a esse ponto foi realizada por Charli Carpenter (2004).

apenas os tipos de violência que necessariamente acarretam a morte, como os massacres seletivos aos quais a definição de Jones e Warren se reduz.

Ao mesmo tempo, trata-se de um conceito mais restrito, uma vez que a definição de Jones e Warren inclui não apenas as violências perpetradas durante o conflito, mas também violências institucionalizadas que não se caracterizam, a nosso ver, como genocidas. O conceito de generocídio ao qual este trabalho se refere está restrita apenas a casos de violência que possuem o especial fim de agir, i.e., a intenção de destruir um grupo, no todo ou em parte.

A modificação do conceito original é necessária para incorporar a visão sociológica do genocídio como um crime mais amplo que busca a homogeneização política. Conforme já destacamos anteriormente, essa homogeneização pode ser alcançada por diversas táticas violentas que não apenas a morte e que são implementadas contra um grupo específico construído pelos *génocidaires* como uma ameaça. Ao contemplar apenas os massacres seletivos, entendemos que o conceito de Jones traz a atenção das análises do gênero e do genocídio mais para os homens e acaba silenciando como outros tipos de violência contra o gênero podem adotar um caráter igualmente genocida.

Em suma, definimos aqui o generocídio como qualquer tipo de violência contra o gênero, tais como massacres seletivos, estupro sistemático, mutilação genital e etc. utilizadas sistematicamente e em larga escala como elemento de destruição de um grupo alvo. Assim, inserimos no conceito as violências contra o gênero que não são seguidas de morte, uma vez que a violência genocida prescinde de efeitos letais imediatos para se constituir. Os traumas físicos e psicológicos causados por esse tipo de violência são também atos de violência genocida que afetam não somente a vítima, mas também enfraquece todo o tecido social da coletividade da qual ela faz parte.

Apesar de a identidade de gênero não atuar sozinha⁹⁴, mas em conjunto com outras construções identitárias, autores que unem os estudos de gênero aos

⁹⁴ Cabe aqui uma última observação. Conforme já afirmado, é preciso notar que homens e mulheres não são atacados exclusivamente em função de suas identidades de gênero “como tal”, mas, conforme já destacado anteriormente, há uma construção discursiva que conecta o gênero a uma identidade étnica/racial/religiosa/etc. vista como ameaçadora, tornando esse tipo de violência uma opção em seu processo de destruição.

Nesse sentido, os estudos que incorporaram o elemento de gênero nos estudos de genocídio apontaram que “neither women nor men constitute a group that, as a whole, has been targeted for extermination by another group (members of the opposite sex); nor have sex-selective or sex-related atrocities generally been directed against men or women as such” (Carpenter, 2004,

casos de genocídios perceberam que a construção social de gênero funciona como elemento fundamental para a análise do padrão de perpetração no conflito, já que a inserção desse elemento no discurso do perpetrador proporciona o entendimento de como as vítimas podem ser diferentemente afetadas.

3.4 Considerações finais

As identidades, conforme visto anteriormente, não estão baseadas em uma essência objetiva, mas são discursivamente produzidas no contexto do conflito de maneira relacional. As políticas genocidas se baseiam nessas identidades e tentam estabilizá-las por meio de práticas violentas.

O Estado está associado a uma identidade moderna coerente e unificada e a construção dessa identidade depende da existência de um “Outro” a ser excluído. Quando esse “outro” é construído por meio de uma alteridade inassimilável, que deve ser permanentemente excluída para garantir a sobrevivência do “Eu”, o genocídio se torna uma opção politicamente viável naquele contexto.

Os genocídios, portanto, não são produtos de uma violência espontânea entre grupos rivais. Esse tipo de crime depende da atuação direta ou indireta do Estado, que atua politicamente no sentido de homogeneizar e estabilizar a identidade política em seu território. Assim, é possível perceber que o Estado não é um garantidor necessário da segurança de seus membros. Sua imagem é construída dessa forma a partir da construção de um “Outro” ameaçador, que justifica a existência desse Estado para a segurança de um grupo que se vê ameaçado. Conseqüentemente, o Estado gera insegurança e violência para outros grupos que não se inserem dentro da identidade homogênea traçada naquele território.

p. 239). Nesse sentido, exemplifica Jones: “the gendercidal massacres at Srebrenica in 1995 did not target males as a global gender (or sexual) group, nor all males in the vicinity. They clearly did target ‘battle-age’ Bosnian Muslim males” (Jones, 2004c, p. 265).

Destarte, durante os genocídios, o ataque a homens e mulheres não tem como intenção a destruição o sexo masculino ou feminino como tal, ou seja, não se trata de um ato de misogênia ou misandria pura e simplesmente. Há uma interação das identidades de gênero com a construção do grupo-alvo feita pelo perpetrador e que informa constitutivamente a sua atuação a partir de padrões de vitimização que atacam homens e mulheres desses grupos-vítima de maneira predominante. Dessa forma, as identidades de gênero interagem com outras identidades como etnia, raça, ou qualquer outra categoria identitária construída pelo genocida para definir que grupo e de que forma ele será aniquilado. Como resultado, os padrões de perpetração podem variar conforme o contexto.

O genocídio funciona, assim, como uma estratégia de homogeneização política que se torna possível a partir de um discurso que insere esse “Outro” em um espaço moral distinto, perigoso e inferior, o que justifica a sua exclusão permanente e o seu tratamento violento (Ibid.; Campbell, 1998a). É necessário perceber, portanto, como as identidades são reproduzidas e articuladas nesse contexto para entender como o genocídio se estabeleceu como opção e como se dá o seu desencadeamento.

A partir da análise realizada da violência contra o gênero nos genocídios, foi possível perceber que, ao contrário do que afirmavam as perspectivas tradicionais de R.I., as relações de gênero não informam apenas relações privadas, mas estão intimamente conectadas à organização da esfera pública e ao exercício de poder. As construções de gênero possuem efeitos políticos e produzem inseguranças que se manifestam também durante os genocídios. Conforme aponta Campbell, “The gender dimension of the violence –whereby males are selected for death, and females are systematically raped – testify to the entailments of identity at work” (Campbell, 1998b, p. 110).

As identidades de gênero, vale dizer, se constroem da mesma forma que os demais tipos de identidades, ou seja, de maneira relacional e discursiva. Dessa forma, as construções binárias hierárquicas autorizadas pelas construções sociais de gênero, que criam a dicotomia entre mulher como mãe-frágil-protégida em oposição ao homem-combatente-forte-protetor, atuam em tempos de guerra de modo a vitimizar os homens, por meio da aniquilação direta, e a mulher, por meio do uso da violência sexual. Tais imagens consistem em representações fornecidas por práticas discursivas que se baseiam em hierarquias e relações de poder que não representam o real em si, mas uma visão que se impôs sobre as demais, criando a possibilidade de ação nesse sentido (Doty, 1993).

Nesses contextos, o gênero é capaz de atuar como um “vetor de poder” (Kaufman-Osborn, 2005, p. 605) tanto contra mulheres como contra homens do grupo rival. As relações de poder informadas pelas construções de gênero produzem subjetividades que influenciam a construção da vítima e a atuação do perpetrador. Os discursos de gênero, somados à construção do grupo inimigo, produzem as identidades das vítimas e direcionam as possibilidades de conduta adotadas pelos genocidas.

A realização de uma leitura pós-estruturalista nos permite perceber que na configuração dos genocídios há a presença de não apenas uma, mas variadas construções de masculinidade e feminilidade que informam o entendimento da zona de conflito. O perpetrador, ao realizar uma distinção entre os homens do seu grupo e os homens do “outro” e as mulheres do seu grupo e as mulheres do “outro”, atua de modo a impor a masculinidade do seu grupo como a masculinidade hegemônica, ou seja, como o modelo de força, racionalidade e superioridade não apenas em cima das mulheres em geral, mas de mulheres e homens de um grupo específico. Nesse sentido, a relação das identidades de gênero em contextos de violência vai além da mera subordinação do masculino pelo feminino, mas também inclui a imposição de uma masculinidade hegemônica sobre masculinidades subordinadas (Higate e Henry, 2009, pp. 99 e ss.).

As relações de gênero se constroem relacionalmente e são estabilizadas por meio dessas condutas que inserem a masculinidade como norma e a masculinidade hegemônica como modelo associado ao poder, legitimando certas condutas.

O gênero atua, portanto, como uma construção de poder que subordina a masculinidade do grupo rival por meio da sua emasculação, ou seja, pela eliminação de traços de masculinidade existente naquela identidade-alvo. Por estar presente na construção dos conflitos e do militarismo, a construção social de gênero informa a conduta do perpetrador que associa a eliminação do poder e de resistência com a eliminação dos elementos de masculinidade do grupo rival.

Em suma, a utilização da violência contra o gênero, nesses contextos, funciona como uma manifestação violenta das relações de poder nas quais o gênero produz performances de violência, comunicando masculinidade e dominação.

Nesse sentido, a construção social do gênero, somada à identidade do inimigo, coloca as mulheres e homens desses grupos em diferentes espaços interpretativos para o perpetrador e, por isso, os tornam passíveis de padrões de vitimização, em grande medida, diferenciados. Em função disso, não há como ler o sexo sem o gênero e vice-versa, pois o ideacional e o material estão tão intimamente relacionados que se co-constituem e se informam de maneira inseparável. Em sociedades tradicionais, nas quais homens e mulheres são

diferentemente construídos, há uma tendência de sobreposição do homem com o masculino e da mulher com o feminino.

O gênero possui efeitos políticos na configuração dos genocídios produzindo inseguranças que estão baseadas em dicotomias (re)produzidas que criam distinções de poder a partir da interpretação cultural de corpos sexualizados, que ganham um significado específico dentro de uma esfera discursiva que informa a conduta do perpetrador a partir da naturalização de pressupostos de masculinidades *versus* feminilidades.

Tendo em vista a violência sistemática cometida contra mulheres e meninas, o objetivo dessa pesquisa não é de forma alguma mitigar o sofrimento dessas mulheres ou torná-lo menos relevante. Todavia, é necessário destacar como a limitação dos estudos de gênero a um prisma meramente feminista negligencia dinâmicas de gênero e de violência envolvidas na perpetração do genocídio. A nosso ver, a literatura feminista ao enfatizar tão somente na vitimização feminina cria novos espaços de silenciamento e insegurança nas Relações Internacionais e não consegue, conseqüentemente, lidar integralmente com a problemática do gênero nos casos de genocídio.

A partir desse intuito, necessário se faz evidenciar como, durante um genocídio, os perpetradores constroem a imagem do “outro” a partir da interação entre múltiplas identidades (etnia, “raça”, religião, filiação política, etc.), que se somam à identidade de gênero e, então, passam a atuar para subordinar a representação dessa identidade, autorizando assim atos de violência contra esse grupo.

A análise aqui proposta objetiva não apenas desmascarar a construção dessas assimetrias como também pretende desnaturalizá-las. Tendo isso em mente, as assimetrias de poder colocadas por um discurso dominante passam a ser percebidas não como algo dado, mas a partir de uma postura de problematização que destaca os efeitos políticos silenciados a partir da construção social dessas hierarquias.

É necessário apontar como a vitimização de mulheres e meninas é apenas parte de um problema mais amplo que depende do caráter relacional entre masculinidades e feminilidades e da relação dessas construções com relações de afirmação de poder. Portanto, a adoção de uma abordagem inclusiva de gênero é

extremamente relevante não apenas por reconhecer, mas efetivamente incorporar a vitimização masculina em suas análises.

Em suma, buscou-se apontar como as identidades de gênero devem ser reconhecidas em função da relevância que elas desempenham em contextos de genocídio. Como resultado, foi possível perceber como o gênero atua constitutivamente em padrões de vitimização destinados a homens e mulheres de maneira sistemática nesses cenários ao afetar a percepção dos perpetradores sobre quem são os inimigos e os papéis que estes desempenham na sociedade.

A partir de agora, esse trabalho se dedicará a discutir se os mesmos padrões de violência contra o gênero observados em genocídios anteriores estão se repetindo no genocídio em Darfur, destacando, assim, como o gênero, a identidade dos atores e a violência perpetrada estão relacionados nesse conflito.